LIANE GUIMARÃES SILVA

A INDISCIPLINA E A INCLUSÃO: Estudo realizado com alunos do 3°ao 5° ano do Ensino Fundamental.

Orientador: José Viegas Brás

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Instituto de Educação

Lisboa

2014

LIANE GUIMARÃES SILVA

A INDISCIPLINA E A INCLUSÃO: Estudo realizado com alunos do 3°ao 5° ano do Ensino Fundamental.

Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação no Curso de Mestrado em Ciências da Educação conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientador: Prof.° Doutor José Viegas Brás

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Instituto de Educação

Lisboa

2014

"Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensinocontinuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer e o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade". (Paulo Freire)

DEDICATÓRIA

Ao meu amado e inesquecível avô, Júlio Guanabara.

Sempre estarás comigo!

AGRADECIMENTOS

Durante esse período que me dediquei ao Mestrado, pensei muitas vezes que não chegaria a concluí-lo. Vários foram os momentos que me senti perdida numa longa estrada e me angustiei com tamanha solidão!

Uma Força Maior me fez chegar até o final, superando as minhas limitações!

Meus filhos, Maria Alice e Neto, razões do meu viver, desculpem-me por estar um pouco ausente. Enzo, sobrinho querido, sua chegada encheu minha vida de alegria!

Meu marido, apoio incondicional, dividiu comigo muitos desses momentos!

Minha família, sempre me apoiando em todas essas etapas! Mesmo distantes, estiveram comigo firmemente. Meus pais, avós, sogros, irmão, cunhados, todos contribuíram.

Leila, minha secretária amiga, suportou-me nos meus momentos!

Meus amigos, grandes incentivadores durante essa trajetória!

Meus colegas do Mestrado, pessoas fantásticas! Em especial, Samila, amiga querida e presente nessa difícil jornada!

E por fim, professora Marisa, sempre tão amável e atenciosacomigo, a minha gratidão.

RESUMO

A INDISCIPLINA E A INCLUSÃO: Estudo realizado com alunos do 3°ao 5° ano do Ensino Fundamental.

O presente estudo foi realizado junto à Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental José da Matta e Silva situada no Município de Sobral, no Estado do Ceará, Nordeste Brasileiro. O objetivo geral desta pesquisa éanalisar as razões que levam à indisciplina dos alunos do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental de uma escola Pública Municipal de Sobral – CE e a inclusão dos alunos indisciplinados dentro do processo de ensino-aprendizagem. Trata-se de uma pesquisa qualitativa pela necessidade da compreensão subjetiva do sujeito. A coleta de dados foi realizada através da observação, entrevistas e levantamento de material documental. Assim, está dividido em duas partes: Parte I Introdução, Problema, Objetivos, Metodologia e Enquadramento Teórico; Parte II apresenta quatro capítulos: Capítulo I,a evolução histórica da educação especial no Brasil; Capítulo II, a formação pedagógica no ambiente escolar inclusivo, Capítulo III, uma breve investigação feita junto aos alunos, professores e gestores; e por fim, Capítulo IV, os resultados e as conclusões. Adotou-se o método de interpretação de sentidos, buscando-se apreender o contexto, as razões e as lógicas das falas dos sujeitos. Em linhas gerais, constatou-se que as razões que levam à indisciplina são decorrentes de vários fatores, principalmente familiares e sociais, no entanto, arealidade da educação brasileira está longe de ser inclusiva, apesar dos avanços observados. A problemática da indisciplinaescolar é, de fato, mais um obstáculo para que o aluno seja efetivamente inserido no processo de ensino e de aprendizagem.

Palavras-chave: Indisciplina. Inclusão. Processo ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

The Indiscipline and the Inclusion: study realized with Students in 3rd to 5th Year of Elementary School.

The present study was carried out at José da Matta e Silva Elementary School, in the city of Sobral, Ceará, Brazil. The aim of this research was to evaluate the reasons that lead the students from 3rd to 5thelementary school to be undisciplined and their inclusion on teaching and learning process. This is a qualitative research due to subjective nature of the data. It was obtained by observation, interview and searching in students' files. This dissertation is organized in two parts: one part introduction, problem, objective, methodology andbibliographic review; two part presentationfour chapters: of the evolution history of special educationin Brazil, pedagogic upbringing within the school environment, interviews with students and school staff and, finally, the conclusion.The method of interpretation of meanings was used to capture the context, reasons and logic behind the given answers. It was found that indiscipline behavior depends on different factors, mainly family and social issues.However, the educational structure in Brazil cannot be consideredan inclusive one, spite of the advances. Student indiscipline is, in fact, an obstacle for the students to be included in the teaching and learning process.

Keywords: Indiscipline.Inclusion.Teaching and learning process.

ÍNDICE GERAL

PARTE I

1. INTRODUÇÃO.....10

2. PROBLEMA..... 12

3. OBJETIVOS..... 15

3.1. Objetivo Geral..... 15

3.2. Objetivos Específicos.....15

4. METODOLOGIA.....16

5. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....19

5.1. Refletindo Sobre a Indisciplina Escolar dos Alunos: que Dificuldade é Essa que Necessita de Inclusão?.....19

5.2. Reexaminando os Conceitos de Disciplina e Indisciplina.....20

5.3. Escola e Família: Uma Parceria Possível e Necessária.....22

5.4. A Importância da Organização Escolar como Instituição Educativa.... 27

5.5. A Relação Pedagógica: Fator Importante no Processo de Inclusão.....29

PARTE II

CAPÍTULO I: A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: DA SEGREGAÇÃO À INCLUSÃO..... 33

1.1. A Importância de Benjamin Constant na Educação Especial no BRASIL..... 34

1.2. As Primeiras Escolas Especiais do BRASIL.....35

1.3. Legislações de Amparo à Educação Especial.....38

1.4. Da Segregação à Integração: um Longo Caminho.....39

1.5. Surgimento de Uma Escola Para Todos: A Conferência de Jomtien... 40

1.6. Declaração de Salamanca: Início do Processo de Inclusão.....42

1.7. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – LEI N° 8.069/90..... 43

1.8. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n° 9394/96: Normatização da Inclusão..... 44

1.9. A Escola Diante da Obrigatoriedade da Inclusão: Mito ou Realidade.....45

1.10. Importância da Formação de Educadores para a Inclusão.....46

CAPÍTULO II: A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA NO AMBIENTE ESCOLAR INCLUSIVO.....48

2.1. Diferenciando: Conhecimentos de Competências e Atitudes Pedagógicas.....50

2.2. Escolas Como Ambiente Inclusivo: Forma ou (de) forma?.....52

2.3. Dificuldades dos Professores e Potencialidades de Superação..... 54

CAPÍTULO III: A INDISCIPLINA ESCOLAR DOS ALUNOS DO 3° AO 5° ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA BREVE INVESTIGAÇÃO JUNTO AOS ALUNOS, PROFESSORES E GESTORES..... 56

3.1. A Sala de Aula como Local de Pesquisa e Outros Ambientes.....58

3.1.1. A Observação dos Alunos em Sala de Aula e no Recreio..... 58

3.2. A Entrevista como Instrumento Metodológico em Pesquisa Qualitativa..... 65

3.2.1. Entrevista Realizada Junto aos Alunos Observados da Escola Municipal José da Matta e Silva..... 65

3.2.2. Entrevista Realizada Junto aos Professores da Escola Municipal José da Matta e Silva.....67

3.2.3. Entrevista com Diretor, Coordenadora e Psicopedagoga.....75

CAPÍTULO IV: RESULTADO E CONCLUSÕES.....78

4.1. Análise e Discussão dos Resultados..... 79

4.2. Conclusões..... 88

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 93

APÊNDICE..... I

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela III- 1: Pontualidade.....59
Tabela III- 2: Participação.....59
Tabela III- 3: Cumprimento das regras.....60
Tabela III- 4: Respeito.....61
Tabela III- 5: Motivação.....61
Tabela III- 6: Rendimento.....62
Tabela III- 7: Interação.....62
Tabela III- 8: Relação professor- aluno.....63
Tabela III- 9: Organização.....64
Tabela III- 10: Atitude.....64

PARTE I

1. INTRODUÇÃO

> "A escola é um espaço intermediário de educação entre a família e a sociedade, portanto, seus limites comportamentais e disciplina têm de ser mais severos que os familiares, porém mais suaves que os da sociedade" (Tiba, 2006, p.123).

Formada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe no ano de 2003, há mais de 10 anos trabalho com crianças da Educação Infantil e do Ensino Fundamental até o 5° ano. Primeiramente trabalhei em uma escola particular com turmas da Educação Infantil em um período de quase cinco anos. Em seguida, ingressei na Rede Pública Municipal de Ensino da cidade de Aracaju - SE, voltada ao Ensino Fundamental. Trabalho até os dias atuais na mesma escola da Rede Municipal desde que assumi no ano de 2005 com alunos do 1° ao 5° ano.

Foi a partir do contato com as crianças do Ensino Fundamental que a indisciplina passou a ser umdesafio na administração das minhas aulas. Sempre fico angustiada com o comportamento de alguns alunos. Em alguns momentos, cheguei até a ser ofendida com gestos e palavras, em outros, surpreendida com situações, pois percebi que algo faltava em minha sala de aula: "DISCIPLINA".

Na Educação Infantil, acredita-se que a pouca idade das crianças, o limite e o exemplo familiar, deve ser considerados. Porém, nos primeiros anos do Ensino Fundamental já é visualizado como um problema, mas como quase tudo nessa vida, tem solução.

Em determinadas situações, cheguei a conduzir alguns alunos à coordenação pedagógica na esperança de que solucionassem os problemas. Muitas vezes, desejei vê-los longe da sala em que ministrava minhas aulas, acreditando ser esta uma boa solução.

Procuro por meio de leituras de livros, artigos científicos, palestras, dentre outros recursos, encontrar ajuda para trabalhar em sala de aula. Tento colocar em prática propostas que acredito ser interessantes e que possam despertar no aluno o interesse, principalmente daqueles que costumam se distrair com facilidade, dispersando a atenção dos colegas e o andamento da aula.

Com a maturidade e experiência adquirida no magistério, outras inquietações passaram a ser insistentes. A indisciplina persistia, porém a minha grande preocupação estava relacionada à exclusão desses alunos no processo de ensino-aprendizagem. Até que ponto os alunos vistos como indisciplinados estavam adquirindo novos conhecimentos,

conteúdos, valores ou a escola seria apenas mais um lugar que ele transitava sem nada acrescentar?

Assim, surgiu esta pesquisa, intitulada “A indisciplina e a inclusão: estudo realizado com alunos do 3°ao 5°ano doensinofundamental”. Encontra-se vinculada à Linha de Pesquisa “Educação e Desenvolvimento Humano: escola, cidadania e mundo do trabalho” devido à mediação de conflitos, desenvolvimento humano e educação para a cidadania, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Portugal.

Em reuniões pedagógicas com colegas, o problema da indisciplina sempre ganha destaque nas discussões. A angústia dos professores se torna um grave problema, muitos pensam até em desistir do magistério e buscarem outra área para trabalhar. Geralmente, o professor se exime de qualquer responsabilidade e atribui ao aluno a culpa pelos problemas que ocorrem em sala de aula.

Acontece que muitas vezes o aluno não percebe a importância de estar na escola e, portanto, não se sente motivado a permanecer dentro da sala de aula. Essa falta de interesse e significância pode levar à indisciplina e consequentemente interferir em todo o processo de ensino-aprendizagem.

Procuro abordar nesta pesquisa, o mais profundamente possível, aspectos voltados à Indisciplina Escolar e à Inclusão, atribuindo-lhe a seguinte estrutura: PARTE I, composta da Introdução, Problema, Objetivos, Metodologia e Enquadramento Teórico; PARTE II, dividida em Capítulo I que apresentaa evolução histórica da educação especial no Brasil; Capítulo II, a formação pedagógica no ambiente escolar inclusivo, Capítulo III, uma breve investigação feita junto aos alunos, professores e gestores; e por fim, capítulo IV, as conclusões.

2. PROBLEMA

A indisciplina é uma das principais queixas no dia-a-dia dos professores e outros profissionais da educação. O grande desafio é desvendar o que leva os alunos a adotarem certos tipos de comportamentos, aprofundando os conhecimentos sobre suas razões e descobrir que atitudes possam ser tomadas para promover mudanças significativas dentro do ambiente escolar. Possibilitando assim, um resgate do aluno que muitas vezes se encontra afastado da escola e principalmente sem estímulo para participar das atividades propostas por ela.

Percebo que na maioria dos casos, professores e coordenadores pedagógicos se encontram perdidos em como realizar um trabalho efetivo referente à indisciplina. Optam em adotar medidas paliativas que adiam o problema e afastam o aluno para longe dos muros da escola. Daí surge o problema que embasou esta pesquisa: a indisciplina leva à exclusão dos alunos no processo de ensino-aprendizagem?

O objeto desse estudo embasa-se na busca das razões da indisciplina e em analisar a inclusão dos alunos indisciplinados dentro do processo de ensino-aprendizagem.

É preciso que se tenha uma parceria entre a escola, o professor, a família e o próprio aluno, a fim de resgatar o educando para dentro do ambiente escolar, ou melhor, para dentro da sala de aula. Buscando assim, conhecer os motivos que levaram os alunos a adotarem determinados comportamentos, a maneira que a escola intervém nos conflitos com os mesmos, a metodologia adotada pelo professor, a postura dos pais e principalmente se tem sido realizado um trabalho para resgatá-los ou simplesmente o problema vem sendo adiado até que percam o interesse por completo pelos estudos. Desta forma, será possível contribuir para o alargamento da compreensão acerca do fenômeno da indisciplina na escola e na sala de aula, possibilitando oferecer uma maior visibilidade ao problema.

No contexto escolar, são vários os fatores que podem levar à indisciplina e que geram conflitos na escola. Desde aqueles oriundos de problemas familiares até àqueles gerados pela própria organização escolar.

É imprescindível que se reflita a respeito da inclusão do aluno indisciplinado na sala de aula, conhecendo as razões que o motivaram a agir dessa forma para poder compreender tal fenômeno e minimizá-lo.

Tiba (2006) coloca que em nenhum caso convém expulsar o aluno da sala de aula. O melhor a fazer seria encaminhá-lo à orientação escolar. A expulsão da sala de aula além de não trazer benefícios, pode contribuir para agravar ainda mais o problema.

O importante é diagnosticar a razão que gerou a indisciplina e não somente apontar o culpado, atribuindo punições sem considerar o contexto inicial que ajude a analisar os motivos que conduziram àquela situação de desequilíbrio do indivíduo.

É indispensável à participação efetiva de todos nessa problemática. Impossibilitando que alguma das partes se exima da sua responsabilidade e delegue sua função à outra. É preciso deixar bem resolvido quanto aos papéis da família e da escola.

À família cabe assumir o seu papel, sem delegar à escola toda a responsabilidade na educação do seu filho. Participando ativamente das atividades propostas pela escola, acompanhando o desenvolvimento escolar, atendendo aos chamados de professores e direção, a fim de que juntamente com a escola possam ajudar o aluno a superar alguma dificuldade apresentada.

A escola deve estimular um ambiente de cooperação mútua, de formação continuada de toda equipe escolar e de construção coletiva de regras, para que o trabalho educativo seja organizado visando à promoção do indivíduo.

Para tanto, a escola precisa atender a uma nova clientela que já não aceita cumprir determinações impostas, sem ter o direito a questionamentos. As novas tecnologias fizeram com que o mundo todo esteja conectado e a escola seja não o único, e sim um dos meios de aprendizado para o aluno. O professor deixa de ser o detentor do conhecimento, uma vez que o aluno dispõe de outros recursos para chegar à informação.

Neste contexto, a indisciplina também pode ser entendida como o não cumprimento por parte dos alunos das regras estabelecidas pela escola. Todavia, cabe a esta, construir junto aos alunos as regras de convivência que ambos devem obedecer, não apenas impondo o que o aluno pode e não deve fazer, evitando o uso abusivo de uma autoridade que, ao invés de se fazer respeitar, acaba gerando certa rebeldia.

Em meio a tantos problemas, a indisciplina persiste como obstáculo para que a escola cumpra sua função. Isto ressalta a necessidade de uma pesquisa que venha enriquecer a prática educativa e contribuir significativamente para a educação das crianças desde as séries iniciais do Ensino Fundamental.

Nos dias atuais, observo que alguns professores ainda preferem a rigidez usada na educação escolar de tempos atrás. Antes, havia dentro do ambiente escolar a utilização de métodos baseados na autoridade e, inclusive, de castigos corporais. Isto só comprova que a escola não está preparada para atender as necessidades de uma nova clientela que não aceita a simples imposição de normas sem que sejam bem justificadas, compreendidas e aceitas.

Muitos docentes participam de formação continuada, no entanto, muitos não colocam em prática essas estratégias em suas salas de aula. Por quê? Será que dessa forma as aulas cada dia não se tornam mais sem sentido para o aluno?

Neste conjunto complexo de fatores, fica claro que por trás da indisciplina existem várias questões relevantes que precisam ser analisadas. De modo que possam melhorar a aprendizagem do aluno e favorecer a sua permanência dentro do ambiente escolar.

Para Aquino (1998), a indisciplina pode ser compreendida como um sinal, uma indicação de que a intervenção docente não está acontecendo satisfatoriamente e os resultados não estão atendendo às expectativas dos envolvidos.

Sendo assim, esta pesquisa é de grande relevância, visto que pode contribuir para inclusão do aluno considerado como indisciplinado. Favorecendo a sua permanência na escola e possibilitando uma investigação mais profunda sobre os impactos que o fenômeno indisciplina pode ter causado na sua vida estudantil. Principalmente numa época em que se fala tanto em inclusão, preocupando-se apenas com aqueles que apresentam deficiências visíveis e se esquecendo de que muitas estão arraigadas na história de vida dos alunos.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral

Analisar as razões que levam à indisciplina dos alunos do 3º ao 5º ano do ensino fundamental de uma escola pública municipal de Sobral – CE e a inclusão destes alunos dentro do processo de ensino-aprendizagem.

3.2. Objetivos Específicos

- Observar os alunos para conhecer o sujeito, suas atitudes, seu pensamento e fazer uma caracterização dos mesmos;
- Conhecer as propostas de formação continuada dos professores e sua aplicabilidade em sala de aula;
- Compreender a dinâmica em sala de aula, a interação professor-aluno, a existência de regras e também do respeito para com o outro.

4. METODOLOGIA

Ao estudarmos o fenômeno da indisciplina sentimos a necessidade da utilização de uma pesquisa de campo que possibilite a compreensão subjetiva do sujeito da pesquisa, uma vez que queremos conhecê-lo e compreender a sua posição dentro desse processo.

Sendo assim, a pesquisa qualitativa corresponde ao tipo de pesquisa desse estudo. Para Minayo "A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado" (Minayo, 2009, p.21). Para tanto, é imprescindível a realização de entrevistas, observação e levantamento de todo material que possa contribuir significativamente.

A metodologia adotada nessa pesquisa foi a observação e a entrevista de 06 (seis) alunos do 3° ao 5° ano, com idades entre 8 a 10 anos. Além disso, foram feitas também entrevistas com as professoras dos respectivos alunos, como também a direção, a coordenação e a psicopedagoga de 01 (uma) escola da Rede Pública Municipal de Ensino da Cidade de Sobral no Estado do Ceará no Nordeste Brasileiro.

Para tanto, utilizamos como amostra para a observação (02) dois alunos do 3° ano, (02) dois alunos do 4° ano e (02) dois alunos do 5° ano do Ensino Fundamental os quais estudam pela manhã na respectiva escola. Compreendendo a faixa etária entre 08 (oito) e 10 (dez) anos por serem as idades escolares correspondentes às séries em estudo. "A observação participante pode ser considerada parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa (...)" (Minayo, 2009, p.70).

Os alunos escolhidos foram indicados pela direção, coordenação e professores da escola por apresentarem comportamentos preocupantes.

O tempo que delimitamos para realização das observações foi de uma semana. Inicialmente foi feita a observação dos alunos dentro da sala de aula, depois em momentos fora, como no recreio. Em seguida, os alunos observados e os professores das respectivas turmas foram entrevistados para clarificar algumas questões pendentes. O Diretor Geral, uma Coordenadora Pedagógica e a Psicopedagoga também foram entrevistados a fim de que nos oferecessem uma visão mais ampla do problema em questão, enriquecendo assim, a pesquisa.

Antes de dá início às observações, procuramos pontuar através de categorias, quais os aspectos relevantes que deveriam ser observados para enriquecer o nosso estudo. Assim, vários fatores que estão diretamente relacionados à indisciplina dos alunos, puderam ser observados para que se fizesse uma caracterização geral desses alunos, conhecendo-os um pouco mais.

Nesta pesquisa, as entrevistas aconteceram da seguinte forma: coletivamente, em uma roda de conversa informal com os (06) seis alunos observados, individualmente com os (03) três professores das respectivas séries desses alunos e por último, uma entrevista coletiva com o Diretor Geral, com uma das Coordenadoras e com a Psicopedagoga. Mesmo com um roteiro pronto, em alguns momentos tem características mais informais, porém sem perder o foco do estudo.

A conversa coletiva com os alunos durou aproximadamente quarenta e cinco minutos, tempo aproximadamente de uma aula, cedido e negociado com os professores, a fim de que não prejudicassem as atividades em sala de aula.As entrevistas individuais foram em torno de meia hora cada. Já a entrevista coletiva com a Direção, a Coordenação e a Psicopedagoga, duraram cerca de uma hora.

As entrevistas foram realizadas em dias diferentes das observações para que não comprometessem algum dado e pudessem ser conciliadas com os horários disponíveis dos entrevistados.

Para Minayo (2009) a entrevista é o instrumento mais utilizado na pesquisa de campo. É acima de tudo uma conversa a dois ou mais interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador.

As perguntas foram elaboradas a partir da necessidade de conhecimento de algumas questões direta ou indiretamente relacionadas ao foco do nosso estudo que é a “indisciplina”.

Para melhor compreensão das respostas, o uso da gravação é fundamental, no entanto, os sujeitos entrevistados foram consultados se poderiam ser gravados e todos aceitaram. A conversa com os alunos não foi gravada, as anotações foram feitas manualmente pela pesquisadora por se tratarem de crianças e ter sido mais uma conversa coletiva dirigida do que uma entrevista formal.

Optamos por transformar as perguntas feitas aos alunos em 08 (oito) temas de discussão. Uma vez que cada pergunta foi coletivamente debatida sobre determinado tema.

Já as entrevistas realizadas com as 03 (três) professoras das salas de aula dos alunos observados foram feitas individualmente as sextas-feiras. Horário disponível que cada série tem uma vez por mês para fazerem o planejamento coletivo.

Foram selecionadas 10 (dez) perguntas, feitas às 03 (três) professoras das salas dos alunos observados. Sendo que foi uma professora do 3°ano, uma do 4° ano e uma professora do 5°ano. Todas as professoras foram bastante receptivas e cuidadosas ao responderem as perguntas.

As entrevistas foram gravadas através do celular e todas as professoras consentiram sem nenhuma hesitação. Entregamos uma **AUTORIZAÇÃO DO USO DE VOZ,**

IMAGEM E DE DADOS COLETADOS (em anexo), para evitar qualquer tipo de transtornos futuros que comprometessem essa pesquisa.

Assim como ocorreu com os alunos, a entrevista realizada com o Diretor Geral, a Coordenadora Pedagógica e a Psicopedagoga ocorreram de maneira informal e simultaneamente com os três. Sendo que, as perguntas se transformaram em 08 (oito) temas, onde os entrevistados foram debatendo e esclarecendo, juntos, questões relevantes para a nossa pesquisa.

Como Minayo (2009) coloca, diferente do que muitas pessoas pensam, é imprescindível o envolvimento do entrevistado com o entrevistador. Sendo condição para aprofundar a investigação e a objetividade.

Foi nessa relação com os entrevistados que podemos penetrar nesse universo e conseguir informações relevantes para pesquisa. Muitas não perceptíveis na observação apenas, nem nas respostas às perguntas, mas sim, na inter-relação que contempla aspectos cotidianos, afetivos e principalmente das experiências.

Adotou-se nessa pesquisa as normas APA, para elaboração e apresentação de teses e dissertações, do Despacho n° 101/2009 da ULHT.

5. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

5.1. Refletindo Sobre a Indisciplina Escolar dos Alunos: que Dificuldade é Essa que Necessita de Inclusão?

A Indisciplina é um tema que permeia os discursos nas escolas há muito tempo e continua sendo um problema que dificulta o trabalho escolar. É um fenômeno muito complexo devido à multiplicidade de fatores e requer estudos que acompanhem as transformações de uma geração para outra refletindo assim, no ambiente escolar.

> "Em um país tão diverso e complexo como o Brasil, a educação não pode representar mais um mecanismo para excluir as pessoas cujas necessidades de aprendizagem exigem uma atenção especial. Na educação para todos, é inaceitável que se qualifique "todos"" (Defourny[1], 2009, p.6).

Muitos pesquisadores têm desenvolvido projetos nessa área devido às inúmeras reclamações de professores, coordenadores e demais pessoas envolvidas no processo educacional. Além disso, a indisciplina está sempre presente em congressos e palestras que buscam contribuir para que a prática pedagógica se torne mais significativa tanto para professores como também para os alunos.

A crise da disciplina escolar, segundo Vasconcellos (2009), é tão séria que está em jogo a própria continuidade da instituição no que se refere ao seu significado social, como também à sua existência objetiva baseada no tripé professor, aluno e instalações. Essa situação é marcada pela desistência de professores, violência discente, destruição física dos prédios e materiais escolares, agressão física a professores, prisão de alunos devido ao uso de armas e drogas, atos de vandalismos, dentre outros.

Há um movimento mundial a favor da inclusão social onde a escola está inserida nesse contexto. Apesar de não ser elencado como deficiência, o problema da indisciplina escolar está entre as dificuldades de aprendizagem que necessita de inclusão. O aluno, muitas vezes, é ignorado durante as aulas, suspenso das atividades e até afastado da escola. Agravando ainda mais a situação e promovendo uma situação de exclusão deste do processo de ensino e de aprendizagem.

[1]Vincent Defourny representante da UNESCO no Brasil em 2009.

5.2. Reexaminando os Conceitos de Disciplina e Indisciplina

O conceito de indisciplina está relacionado ao de disciplina e apresenta uma pluralidade de significados que dependem dos vários contextos de pesquisa em que é analisado.

> "Por indisciplina entende-se a transgressão das normas escolares, prejudicando as condições de aprendizagem, o ambiente de ensino ou o relacionamento das pessoas na escola" (Veiga, 2007, p.15).

No Dicionário da Língua Portuguesa, disciplina é definida por Aurélio (2010) como "1. Regime de ordem imposta ou mesmo consentida. 2. Ordem que convém ao bom funcionamento de uma organização. 3. Relações de subordinação do aluno ao mestre. 4. Submissão a um regulamento...". De modo que, a indisciplina seria a negação das regras estabelecidas e que na maioria das vezes possam levar à desordem e perturbação pelo seu não cumprimento.

Sá (2007) relata que desde a Idade Média a palavra disciplina recebeu uma conotação moral ou religiosa como forma de adquirir alguma virtude. A pessoa era disciplinada quando instruída e/ou regrada. Já aquela que era inculta ou moralmente desordenada era considerada indisciplinada.

> "A palavra "disciplina" carrega em si um ranço de autoritarismo e de falta de diálogo, que era comum no comportamento das gerações anteriores. Os pais dos adolescentes e das crianças de hoje sentem até um certo mal-estar diante dessa palavra, a ponto de praticamente a banirem da educação dos filhos. É difícil dar noção a uma palavra cujo significado já está consagrado" (Tiba, 2006, p.192).

Para Vasconcellos (2009) a visão psicológica concebe a disciplina como sendo uma resposta positiva, seja do indivíduo ou do grupo, a vontade do outro em que não existem questionamentos ou críticas. Havendo apenas uma obediência precisa e uma submissão passiva. No entanto, faz-se necessário ultrapassar essa forma de conceituar disciplina, pois reafirma todo tipo de dominação.

Diante disso, há uma grande confusão quando se refere à disciplina escolar. Na maioria dos casos, o professor é quem tem uma visão privilegiada e finda relacionando a questão da disciplina à concepção de que o bom aluno é aquele passivo que cumpre as suas determinações. Daí, a importância de inserir o ponto de vista do aluno, como também das demais pessoas envolvidas no processo educacional para a construção da disciplina escolar, abarcando assim, outras opiniões e não apenas a do professor.

A palavra “disciplina” para Silva (2007) está diretamente associada à ideia de regra e de obediência. Sendo que o conjunto de regras e a maneira de reivindicar obediência estão relacionados à formação social que possui características próprias. Sua base de sustentação está nos valores que cada um foi construindo historicamente e a indisciplina seria, portanto, ir contra tudo que foi estabelecido ao longo dessa trajetória.

Geralmente, a indisciplina dentro da escola é vista como a negação da disciplina e se espera que o aluno tenha um comportamento que foi tradicionalmente estabelecido. Este, por sua vez, nega-se a aceitar e cumprir as regras, que na maioria das vezes, foram impostas e determinadas pela instituição escolar.

Para Estrela “o conceito de indisciplina relaciona-se intimamente com o de disciplina e tende normalmente a ser definido pela sua negação ou privação ou pela desordem proveniente da quebra das regras” (Estrela, 1992, p.17).

Aquino (2003) afirma que a indisciplina poderia ser traduzida como sendo um tipo de inconformidade dos alunos aos padrões de comportamento tradicionais que a escola ainda busca inspiração. Seria uma forma de protesto, uma vez que estamos diante de uma nova clientela, com novas necessidades e principalmente em uma sociedade complexa que está em constante transformação.

Um ato de indisciplina para uma instituição pode não ser visto da mesma maneira por outra. Possuem assim, características próprias dependendo dos valores pertencentes ao grupo, a partir dos aspectos historicamente determinados e da proposta pedagógica de cada uma.

> “Mesmo no campo de aplicação relativo ao comportamento existem variações, de tal forma que, em não poucas situações, percebemos que o que alguns professores entendem por disciplina é bastante diferente de outros, às vezes na mesma escola” (Vasconcellos, 2009, p.90).

Os conceitos de Disciplina e Indisciplina estão interligados podendo ser definidos a partir do ponto de vista de quem os definem. É importante que se analise o contexto, buscando uma totalidade de opiniões. Os padrões de disciplina também podem variar de um lugar para outro (países, estados, municípios).

> “Na escola, os conceitos de disciplina e de indisciplina, estão associados à necessidade de os seus membros se regerem por normas e regras de conduta que facilitam a integração e a convivência. Para além de uma forte conotação com princípios reguladores da vida na organização escolar, os conceitos de disciplina e de indisciplina, possuem ainda, uma dimensão que os aproxima das problemáticas da cidadania, do saber conviver, do respeito mútuo, da capacidade de autocontrole, etc., o que lhes confere um carácter polissêmico fazendo depender o

> seu significado dos contextos sociais e do quadro de valores que regula o quotidiano" (Amado& Freire, 2009, capa).

A polissemia que marca o conceito de indisciplina tem sido constantemente confundida com a problemática da violência que vem ocorrendo, com maior incidência, dentro dos muros da escola.

Muitos autores têm se empenhado em fazer uma distinção das particularidades de cada tema de acordo com Silva (2007), mas ainda há uma grande confusão na hora de contextualizá-los. O problema é que tem sido atribuído ao termo indisciplina desde comportamentos mais graves àqueles de natureza menos grave, evidenciando assim, a necessidade de fazer uma distinção entre os dois fenômenos.

> "A indisciplina é um conceito polissêmico, intimamente associado aos quadros de referência e às interpretações dos protagonistas das situações. Manifesta-se, na sua maior parte, através de situações que perturbam pela sua frequência e interferência no desenvolvimento das atividades de ensino e de aprendizagem, afetando mais pela sua repetição e pelo sentimento de perda de tempo e de frustração, do que pela sua gravidade intrínseca" (Freire, 2011, p.7).

Em meio a todas essas questões, o importante é compreender que o comportamento "indisciplinado" do aluno, é uma forma de despertar para algo que está errado. O professor ter a sensibilidade de perceber no aluno a sua inquietação e buscar uma solução para o problema.Para Vasconcellos "o ato de indisciplina é um sinal, uma manifestação a ser decodificada pelo professor, que procura ver o que está por trás dela, qual o seu sentido" (Vasconcellos, 2009, p.224).

Dessa forma, quando se trata em conceituar as palavras Disciplina e Indisciplina, torna-se bastante complexo devido às várias possibilidades em defini-las. Cabe a quem for pesquisar conhecer o contexto em que se insere, para então saber que melhor definição pode ser atribuída aos termos e não apresentar generalizações erradas a cerca de um determinado universo investigativo.

5.3. Escola e Família: Uma Parceria Possível e Necessária

Diante de tantas indagações acerca da indisciplina, urge analisar a questão do ensino e da aprendizagem dos alunos. Contextualizando o problema e verificando se estes estão inseridos efetivamente no ambiente escolar, ou simplesmente omite-se o problema permitindo que o aluno não tenha êxito.

Há uma preocupação com os índices de aprovação, mas cabe analisar até que ponto os alunos estão aprendendo e levando para suas vidas essa contribuição da escola.

Principalmente quando se trata de alunos “problemáticos” para a instituição e considerados “indisciplinados”. Será que eles estão conseguindo assimilar algo de novo para os anos posteriores? Ou estão sendo aprovados para servirem de números para a escola? São perguntas que merecem ser investigadas para que a instituição escolar permaneça a desempenhar a sua função efetivamente sem nenhum faz de conta.

Para Emygdio “uma escola inclusiva deve atender a diversidade de seus alunos, independentemente da problemática que estes apresentem” (Emydio, 2004, p.51).

De acordo com Caldeirão (2010), a indisciplina é tão antiga quanto à escola, porém se tornou ainda mais preocupante por terem aumentado significativamente os casos de alunos com comportamentos desajustados nos últimos anos.

A partir da década de 1990 com as “Conferências de Jomtien” e de “Salamanca” a maioria dos países adotou o lema “Educação para Todos”. O Brasil, com a LDB nº9394//96,passou a incluir obrigatoriamente, na Rede Regular de Ensino, pessoas portadoras de necessidades especiais. Desde então, é garantido por lei o acesso e permanência dessas pessoas na escola.

Para Ainscow “se a inclusão é mais comumente associada a crianças classificadas por terem necessidades educacionais especiais, então, em muitos países, sua conexão com mau comportamento está bem próxima (...)” (Ainscow, 2009, p.16).

Sendo assim, há uma contradição dentro do ambiente escolar uma vez que se procura incluir alunos com necessidades especiais visíveis e, de certa forma, acaba afastando aqueles que trazem muitas necessidades que não são percebidas e, até mesmo, apontadas como Indisciplina.

> “Há uma suposição comum de que inclusão é principalmente acerca de educação de estudantes com deficiência, ou os classificados como portadores de necessidades educacionais especiais, nas escolas regulares. A eficácia desta abordagem tem sido questionada, uma vez que, ao tentar aumentar a participação dos estudantes, a educação enfoca a parte da deficiência ou das necessidades especiais desses estudantes e ignora todas as outras formas em que a participação de qualquer estudante pode ser impedida ou melhorada” (Ainscow, 2009, p.15).

O fato é que a indisciplina ganha dimensões que poderiam ser evitadas se fossem trabalhadas na raiz do problema. É importante compreender que por traz dela estão envolvidas questões sociais, econômicas e principalmente emocionais. É preciso interligar os principais atores do processo educativo: aluno, professor, escola e família para compreender os possíveis fatores que contribuem para a ocorrência da indisciplina escolar.

Tiba (2006) coloca que a educação formal é ofertada pela escola, no entanto, a educação global é feita a oito mãos: pela escola, pelo pai, pela mãe e pelo próprio aluno.

Primeiramente, é preciso analisar a indisciplina tendo com base o próprio aluno, o seu contexto de vida, a influência dos colegas e o seu rendimento escolar. Para Vasconcellos (2009), a crise do sentido do estudo se manifesta de várias maneiras, a mais complexa de enfrentar é a falta de sentido atribuída ao estudo por parte dos alunos.

Outro agente fundamental é o professor, este deve ser um facilitador do conhecimento e não um detentor que usa do autoritarismo para reprimir o aluno.

> "A função do professor consiste em proporcionar mais do que o conhecimento formal. Os conteúdos programáticos devem ser aproveitados para promover as competências de relacionamento interpessoal dos alunos e a consideração pelos princípios democráticos" (Veiga, 2007, p.15).

A função tradicional da escola é transmitir os conhecimentos que foram sendo construídos ao longo do tempo e também inserir o indivíduo no mundo social. Porém, atualmente a instituição escolar assume várias atribuições que vão além do que objetivava há alguns anos.

Para tanto, a escola precisa atender a uma nova clientela que já não aceita cumprir determinações impostas, sem ter o direito a questionamentos. As novas tecnologias fizeram com que o mundo todo esteja conectado e a escola é apenas mais um lugar de aprendizado para o aluno. O professor deixa de ser o detentor do conhecimento, uma vez que, o aluno dispõe de outros recursos para chegar à informação: internet, televisão, cursos online, revistas, dentre outros.

La Taille (1996) afirma que cabe à escola a preparação para o exercício da cidadania. E para ser cidadão é necessário: conhecimento, memória, respeito pelo espaço público, normas de relações interpessoais e diálogo aberto entre olhares éticos.

Um fator importante que tem contribuído para dificultar a imposição dos limites à criança é a falta de entendimento entre os pais e a escola. Antigamente, os pais davam à escola autonomia da forma como esta se organizava em relação: as aulas, correções de atividades, atitudes erradas dos seus filhos e planejamento, permitindo assim, que fossem aplicados até castigos físicos. As gerações foram mudando e com isso novas concepções surgiram.

Agora, acontece o contrário, os pais, com a mídia e o avanço das tecnologias passaram a ter um acesso maior à informação e está atento a tudo o que acontece dentro do ambiente escolar. Muitas escolas possuem até câmeras filmando, a todo tempo, o que professores alunos e coordenadores estão fazendo.

Mesmo permitindo que seus filhos passem mais tempo na escola, os pais não concordam com algumas posturas adotadas por ela. Reclama dos conteúdos, da metodologia do professor, a forma como o aluno foi repreendido, dentre outras. Retirando da escola a autoridade que depois, eles mesmos exigem.

Barros e César (2009) argumentam que deve ser feita uma reflexão sobre a escola como organização "aprendente", observando os aspectos organizacionais que promovem a indisciplina e a violência. As escolas são livres para se organizarem de modo que priorizem as questões da indisciplina e assim, contribuam para minimizar os problemas e promover a aprendizagem.

Muitas vezes a escola pune o aluno por ele ter transgredido alguma regra e os pais não aceitam a versão da escola, acabam cedendo a versão contada pelo próprio filho. Não averiguam a veracidade dos fatos e findam sendo manipulados por ele. Sendo assim, "todos os pais precisam de autoridade educacional para preparar bem os filhos para a vida" (Tiba, 2006, p.190).

Os motivos que podem levar a Indisciplina são vários, desde aqueles de ordem familiar até aqueles oriundos da estrutura organizacional escolar. Muitas vezes o professor e a escola se eximem de qualquer responsabilidade. Atribuindo assim, toda culpa ao aluno e a sua família.

Por fim, a família aparece como a base de tudo, o alicerce, que muitas vezes se omite das suas responsabilidades e transfere à escola suas competências. Essa falta pode gerar traumas nas crianças que apresentam sequelas posteriormente.

> "Num mundo cada vez mais global, a prevenção da indisciplina e da violência requer a família, em primeiro lugar e depois a escola, num apelo a cada um de nós, professores. A escola deve assumir a sua responsabilidade na formação da consciência moral dos jovens, quer através do tipo de conteúdos que ensina, quer através da maneira como tais conteúdos são transmitidos. É aqui que surge a importância da comunicação, vivenciada, de escuta e de apoio, como poderoso instrumento de intervenção na indisciplina escolar" (Veiga, 2007, p.11).

Nos dias atuais, é comum as crianças passarem o dia integralmente na escola. A família encontra-se mais afastada da educação dos seus filhos e a escola executando diversas funções e assim perdendo sua identidade. Além de ensinar tem a missão de educar aos pequeninos que, ainda muito bebê começa a frequentar o ambiente escolar.

> "Os pais e educadores são membros de uma parceria quetem como objetivo comum; apoiara integração e o êxito de todas as crianças na escola. Isto constitui uma visão unificadora que associa as culturas familiares e escolar incluindo os

> pais e educadores em parcerias de aprendizagem" (Correia& Serrano, 1998, p.182).

Torna-se fundamental que nesse universo desconhecido em que a criança é inserida, sejam considerados todos os conhecimentos que ela traz consigo. A escola e o professor não devem querer impor a sua visão diante dos fatos. O aluno não pode se sentir excluído do processo educativo. Ele deve ser estimulado a novas descobertas, propiciando uma integração de todos os agentes envolvidos no processo.

O processo de aprendizagem do ser humano se dá ao longo de seu desenvolvimento. É a partir de suas vivências que o aluno vai aprendendo e o professor deve respeitar o seu tempo de aprender, fazendo dos erros um momento de aprendizagem. Evitando as comparações entre os alunos, pois cada ser é único e é importante que o professor saiba trabalhar a questão das diferenças de cada educando.

> "Acreditamos que, entre os aspectos mais importantes que o nosso aluno precisa aprender, está o de perceber que o outro é apenas um outro e que essa contingência abriga um universo de diferenças, todas indiscutivelmente aceitáveis" (Antunes, 2002, p 45).

De acordo com Freire (1997), ensinar exige bom senso. Para tanto, deve-se respeitar o aluno (educando) levando em consideração os conhecimentos que ele traz consigo para escola, atentando para as condições que ele vem existindo. Respeitando assim, sua dignidade, sua autonomia, sua identidade em processo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n° 8.069, Cap. IV, Art. 53, assegura a criança e o adolescente o direito à educação, à igualdade de condições, de ser respeitada, dentre outros.

Diz o Artigo:

> Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando -se -lhes:
>
> I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
>
> II - direito de ser respeitado por seus educadores;
>
> III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
>
> IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
>
> V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

> Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Muitas vezes, o aluno é obrigado a omitir os seus valores, para seguir aqueles impostos pela escola, gerando um conflito e certa rebeldia por parte deste, que se recusa adotar tais concepções como suas e é visto como aluno indisciplinado.

> "A ideia de disciplina é, pois, indissociável da ideia de regra e de obediência. Todavia, esse conjunto de regras e a forma de obediência que elas reclamam encontram-se diretamente associadas a uma determinada formação social" (Silva, 2007, p.25).

Alice e Cláudio Nogueira (2002) expõem que Bourdieu[2] concebe o indivíduo como um ator socialmente configurado nos seus mínimos detalhes. Os gostos mais íntimos, as preferências, as aptidões, as posturas corporais, a entonação de voz, as aspirações relativas ao futuro profissional, tudo seria socialmente constituído.

Assim, uma parceria escola e família se fazem necessária para promoção do aluno, à medida que juntos contribuam para o desenvolvimento integral da criança, conhecendo suas dificuldades e buscando alternativas para resolução dos problemas encontrados.

5.4. A Importância da Organização Escolar como Instituição Educativa

No contexto atual, percebe-se claramente que há uma mistura de métodos dentro das escolas. Umas, seguem a forma tradicional de trabalhar os conteúdos e exige do aluno certa disciplina. Outras adeptas de correntes mais modernas como o Construtivismo, dão uma liberdade maior ao aluno. No entanto, percebe-se que há uma confusão quando se trata de impor limites e até que ponto se pode cobrar.

> "Nas escolas passou-se do autoritarismo tradicional para uma permissividade elevada. Muitos pais e alguns professores encontram-se ainda num período de transição para uma educação baseada na compreensão e responsabilidade" (Veiga, 2007, p.13).

Conforme La Taille (1994), as crianças precisam sim, seguir regras que seriam valores e formas de conduta. Estas regras apenas poderiam vir dos seus pais, professores e educadores. Os limites oriundos delas, não deveriam ser vistos apenas de forma negativa,

[2]Sociólogo francês considerado um dos mais importantes paradigmas utilizados na interpretação sociológica da educação.

devendo ser compreendidos também o sentido positivo. O limite situa, dá consciência do lugar ocupado dentro de algum espaço social, seja a família, a escola ou a sociedade de uma forma geral.

É importante que a escola tenha um Projeto Político Pedagógico e principalmente que seja construído ativamente por todos dentro da instituição. Assim, ficam estabelecidas as diretrizes que irão nortear a relação professor- aluno na sala de aula, como também as regras gerais que facilitarão o convívio e o trabalho dentro da instituição. Para Vasconcellos "a construção coletiva do projeto educativo da escola permite a reflexão, o amadurecimento e o cultivo de outros valores, além do econômico, fundamentais enquanto referências para a caminhada" (Vasconcellos, 2009, p.157).

A partir do momento em que a escola tem um Projeto Político Pedagógico deve-se avaliar se este atende as reais necessidades da comunidade a sua volta, correspondendo as expectativas do aluno. Refletindo se a "Indisciplina" não seria justamente um pedido de "socorro" por parte desses alunos que não se sentem motivados com a proposta da escola.

É preciso que o professor conheça qual a proposta pedagógica da escola que leciona, mesmo que ele não tenha participado da construção do projeto político-pedagógico. Saber o que a escola concebe como "Disciplina" e "Indisciplina", quais medidas devem ser adotadas e que postura deve ter diante de determinadas situações. O professor não pode ficar omisso e agir como se fosse um problema alheio a ele e sim, contribuir para modificar aquilo que discorda e acredita ser irrelevante para sua prática pedagógica.

Em meio a vários questionamentos sobre a indisciplina, deve-se levar em consideração não apenas o ponto de vista do adulto, mas principalmente como a criança e o adolescente compreendem o mundo a sua volta, sem se esquecer de sua educação doméstica, aquela que o aluno traz de casa, e que é a base de tudo.

Na maioria das vezes, não há um trabalho efetivo que busque regatar o aluno e compreender o porquê de apresentarem certos tipos de comportamento. A Indisciplina:

> "Produz efeitos negativos em relação à socialização e aproveitamento escolar dos alunos, produz igualmente efeitos negativos em relação aos docentes. Embora menos evidentes e imediatos esses efeitos não são menos nocivos" (Estrela, 1992, p.97).

Uma vez ignorado, o aluno vai se expressar de outras formas. Muitas vezes apresenta comportamentos inaceitáveis dentro do contexto escolar, recebendo o rótulo de indisciplinado. Pode ainda ser retirado do processo educativo e passar a seguir um caminho errado em sua vida, gerando assim, um grave problema social.

A indisciplina não é um problema isolado dentro do ambiente escolar e, portanto, não cabe a esta instituição apenas tentar resolvê-la. Talvez, sua origem se encontre dentro de uma sociedade que se diz inclusiva e finda por excluir uma grande maioria de gozar dos direitos mínimos que têm garantidos em lei.

Para Vasconcellos "(...) A disciplina em sala de aula sofre o reflexo não mecânico, que se frise dessa grande indisciplina social" (Vasconcellos, 2009, p.83) .

Pereira (2005) coloca que a indisciplina sozinha já é um fenômeno complexo com muitos fatores de natureza diferente que nele intervêm. Sendo assim, não parece possível oferecer ou apontar soluções de sucesso garantido.

Diante do discurso atual em prol da inclusão, a Indisciplina necessita ser repensada a fim de que se analisem as causas; e se realmente os alunos estão inseridos no processo de ensino e de aprendizagem. É importante conhecer também como a escola lida com esses alunos, o que pensam os professores e toda equipe pedagógica a respeito dessas questões.

5.5. A Relação Pedagógica: Fator Importante no Processo de Inclusão

A didática adotada pela maioria dos professores é uma das possíveis causas da indisciplina. Muitos docentes participam de curso de capacitação, e, no entanto, a maioria não realiza mudanças na sua prática pedagógica, tornando-se cada dia mais sem sentido para o aluno. Este não vê objetivo algum para sua vida em aulas expositivas e cadeiras enfileiradas. Ficam passeando pelos corredores, mexendo com os colegas e causando tumultos que, na maioria das vezes, termina em suspensões e afastamentos definitivos da escola.

> "De facto, se o comportamento e a produtividade do grupo estão dependentes do interesse criado pelo professor, uma incorrecta orientação de aula, uma má relação pedagógica e/ou a falta de motivação dos alunos, poderão conduzir a situações de frustração e descontentamento que se traduzem em agressividade e outras formas de boicotar a aula" (Sá, 2007, p.33).

A indisciplina pode ter como causa a inadequação do que o professor quer ensinar distanciada do que o aluno precisa e quer aprender. A indisciplina seria a soma da insatisfação de quem ensina com quem aprende.

> "A abordagem das matérias (…) tem de partir das experiências e vivências dos alunos e ser conduzido de maneira pedagógica e metodologicamente adequada utilizando os meios e os recursos disponíveis no ambiente em que decorre" (Correia, 1997, p.106).

A empatia entre o professor e o aluno é relevante para que se estabeleça um clima de cordialidade e entendimento de ambas as partes. Um clima de motivação e curiosidade deve ser instigado no aluno a fim de que a aprendizagem realmente aconteça. O professor, por sua vez, não pode permitir que sua insatisfação pessoal reflita na sua prática pedagógica.

> "O estudo da relação professor-aluno exige a concessão de um especial cuidado ao exame das representações que os participantes na relação mutuamente constroem, bem como a representação que constroem sobre si próprios, sobre o seu papel, sobre a tarefa que os une, sobre o contexto em que interagem" (Carita, 1999, p.84).

O professor tem influência direta no nível de motivação do aluno por ser o organizador das situações de aprendizagem. Assim, através das atividades propostas, das avaliações e da didática adotada em suas aulas, o professor deve atentar para as diversidades. Este não pode buscar uma homogeneização, fazendo comparações entre alunos e estabelecendo metas que sejam inatingíveis pelos alunos.

A relação professor-aluno deve ser, desde o primeiro dia de aula, construída a base do respeito mútuo em que ambas as partes têm consciência da sua importância dentro desse processo. A partir de agora, deve existir um relacionamento aberto, onde os papéis do professor e do aluno sejam bem definidos. Estrela (1992) reafirma a importância desta relação para prevenção da indisciplina. Há uma preocupação com os conteúdos, os programas e a didática, no entanto, não têm sido enfatizados os aspectos relacionais do ensino.

O professor, na convivência diária com o aluno, deve ser capaz de descobrir suas habilidades e competências, ao invés de buscar uma homogeneização. É na valorização da diversidade que o professor passa a ser respeitado pelo aluno que o vê, não apenas como uma autoridade em sala, mas um incentivador para concretização dos seus ideais.

Segundo Pletsch (2009) o professor necessita elaborar estratégias de ensino, procurando adaptar atividades e conteúdos não apenas para os alunos considerados especiais, mas para a prática educativa de uma forma geral. A fim de que os alunos realmente sejam inseridos no processo de ensino-aprendizagem.

Atualmente, a relação pedagógica na sala de aula requer do professor uma nova postura. O aluno não aceita mais ouvir passivamente o professor que por sua vez, deixou de ser a única fonte do conhecimento.

> "Neste contexto, a motivação constitui a condição número um para que a aprendizagem seja bem sucedida. Assim, o professor deve compreender as necessidades dos formandos, desenvolver o seu interesse por aprender, e certificar-se que os conhecimentos transmitidos são aliciantes e úteis no futuro" (Sá, 2007. p.33).

Os problemas enfrentados pela escola, segundo Carita (1999), não podem ser solucionados no local, uma mudança significativa na relação pedagógica só é possível alterando-se os processos educativos e o quadro institucional.

> "Por isso, a compreensão dos fenômenos de (in) disciplina não se pode desligar da relação triangular professor-aluno-saber, relação que tantos autores têm sublinhado, e das variáveis políticas, sociológicas, psicológicas, pedagógicas que a influenciam. Sem a construção de uma relação positiva com o saber, a relação pedagógica perde muito da sua razão de ser, ficando relegada para o plano de uma afectividade difusa, positiva ou negativa (...)" (Estrela, 2002, p.77).

Sendo assim, o professor precisa saber liderar a turma em sala de aula, sem ser permissivo a todo instante, apenas para agradar aos alunos e buscando ganhar a simpatia deles. De acordo com Estrela (1992), é importante a existência de um sistema normativo disciplinar coerente e consistente desde o primeiro dia de aula. A relação vincular professor-aluno é fator fundamental para a superação das causas da indisciplina.

Vasconcellos (2009) deixa claro que a boa relação professor-aluno não dispensa regras, uma vez que os alunos nem sempre estarão motivados e em alguns momentos é o que vai balizar a relação.

> "(...) o aluno valoriza o professor que sabe liderar a turma, impondo as regras necessárias ao trabalho e a relação, impondo a ordem com a firmeza necessária, sem cair nem no autoritarismo nem no permissivismo; valoriza ainda, o professor que evita as injustiças na interacção" (Sá, 2007, p.43).

Dessa forma, é a partir do momento que o professor conhece seus alunos e que passa a ter uma maior proximidade com estes que compreende as suas necessidades e limitações. Possibilitando assim, o desenvolvimento de um trabalho positivo com a turma, conseguindo coordenar certos tipos de comportamentos dos alunos.

PARTE II

CAPÍTULO I
A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: DA SEGREGAÇÃO À INCLUSÃO

> "A educação pressupõe propor modificações significativas da instituição educativa e do que nela ocorre, quer dizer, é necessário introduzir modelos de atenção à diversidade nas estruturas da organização e revisar toda organização em instituições educativas" (Stobãus, C. D.&Mosquera, 2004, p.12).

No Brasil, segundo Miranda (2008) a fase de negligência ou omissão em relação à Educação Especial, estendeu-se até início da década de 1950. Diferentemente dos países europeus e norte-americanos onde a evolução do atendimento educacional teve início a partir do século XVII.Podendo ser caracterizada por iniciativas isoladas em que o atendimento está direcionado com mais ênfase às deficiências visuais e auditivas. Já no que se refere à deficiência física,ocorreu em menor quantidade e à deficiência mental, um silêncio quase absoluto.

Assim, tem como marco fundamental: a criação do “Instituto dos Meninos Cegos” (hoje em dia, Instituto Benjamin Constant) em 1854 e do “Instituto dos Surdos-Mudos” (atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES) em 1857, ambos na cidade do Rio de Janeiro.

No Período Colonial, onde a população era predominantemente rural, não haviano país uma preocupação com a Educação Popular, muito menos com a educação daqueles indivíduos com deficiências. Por um longo período essa questão foi tratada com descaso pelos segmentos dominantes da sociedade.

Mais tarde, com um novo sistema de produção no país, passou a ser exigida uma qualificação maior da mão-de-obra. A organização escolar primária foi sendo consentida por ser essencial ao bom funcionamento dosistema. Assim também, a educação daqueles vistos como “anormais”, começou a ser pensada, até mesmo para não onerar aos cofres públicos.

De acordo com Jannuzzi (2006) a maneira como se tem pensado e atuado com o diferente está vinculado à organização social como um todo, na organização para a produção.

A problemática educacional no Brasil só passou a ser importante quando dela dependia o futuro do país e dentro desse contexto estava à questão das pessoas que se diferenciavam dos padrões de normalidade. Estas, antes esquecidas ou escondidas precisavam de alternativas para sertambém produtivas e não um peso para sociedade.

1.1. A Importância de Benjamin Constant na Educação Especial no BRASIL

Benjamin Constant Botelho de Magalhães foi o terceiro diretor do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, fundado no ano de 1854 na cidade do Rio de Janeiro. Foi a partir de 1869 que ele assumiu a direção até o ano de 1889.Cargo exercido com muitas contribuições durante um período de 20 anos. Em 1891 o Instituto recebeu o nome de Instituto Benjamin Constant em sua homenagem. O Instituto foi a primeira demonstração oficial de interesse pela educação das pessoas portadoras de deficiência visual em nosso país.

Para Lemos (1997), foi Benjamin Constant quem realmente consolidou o Instituto como Escola, atribuindo-se a ele o prestígio alcançado como primeiro educandário para cegos na América Latina. Ele procurava trazer para os alunos novas perspectivas, já que desejava o bem estar dos estudantes em todos os sentidos. Ele recebeu o Instituto consolidado e organizado, no entanto não estava bem instalado. Mudou-se para lá na década de 1860 e a cada dia crescia a procura por vagas, até mesmo das Províncias mais distantes. Essa demanda por vagas contribuiu para que ele idealizasse a construção de um espaço maior e que não atendesse apenas às necessidades da época, mas também a uma procura por vagas no futuro. Assim, D. Pedro II, sensibilizado com a educação das pessoas cegas, doou ao Imperial Instituto dos Meninos Cegos um terreno de sua propriedade particular para a construção do novo prédio, local em que se encontra até hoje em dia.

A preocupação de Benjamin Constant com as pessoas cegas era tão grande que mesmo depois de deixar a direção do Instituto e assumir os Ministérios da Guerra e depois o da Instrução, Correios e Telégrafos, ele não foi omisso aos problemas com a Educação. Enviou à Europa uma comissão para estudar, adquirindo o que de mais moderno existia para o completo aparelhamento pedagógico da Instituição.

Segundo Jannuzzi (2006) a opção política oficial de afastar Benjamin Constant da direção do Instituto, por receio das tendências autoritárias de sua ideologia, facilitou a educação dos deficientes. Uma vez nomeado Ministro da Instrução, Correios e Telégrafos, elaborou um novo regulamento onde tinha a preocupação com o Ensino Literário, com as disciplinas científicas, permanecendo a preocupação com a formação para o trabalho e aumentando o número de vagas para 150 (cento e cinquenta), ou seja, cinco vezes mais alunos poderiam se matricular no Instituto.

Em 1890 foi decretada a “Reforma Benjamin Constant” em que os pontos fundamentais eram a laicidade, liberdade de ensino e gratuidade da escola primária.

Benjamin Constant faleceu no ano de 1891, um ano depois de construída a primeira etapa do novo prédio do Instituto Benjamin Constant.

1.2. As Primeiras Escolas Especiais do BRASIL

Para Jannuzzi (2006, p.6), “a educação das crianças deficientes surgiu institucionalmente, mas de maneira tímida, no conjunto das concretizações possíveis das ideias liberais que tiveram divulgação no Brasil no fim do século XVIII e começo do XIX”.

A Constituição de 1824, a primeira do Brasil, ainda que prometesse “instrução primária e gratuita a todos”, findou por não cumprir o que almejava. Em 1878, apenas 2 % da população eramescolarizadas. No meio de toda essa problemática da Educação

Fundamental, a educação das pessoas deficientes encontrou pouca manifestação e as instituições que surgiram foram poucas, com nenhum escrito sobre sua educação. A própria Constituição de 1824, em seu artigo 2°, título 8°, item 1°, privava do direito político o incapacitado físico ou moral. (Jannuzzi, 2006)

De acordo com Mendes (2010), foram os médicos os primeiros a estudar os casos de crianças com prejuízos mais graves e criaram instituições para crianças junto aos sanatórios psiquiátricos.

Jannuzzi (2006) identifica no início da História da Educação Especial no Brasil duas vertentes pedagógicas:

a) **Médico-pedagógica:** que está ligada ao médico na determinação do diagnóstico e também no âmbito das práticas escolares. Essa vertente favoreceu a criação de escolas em hospitais, tornando-se uma das formas que mais segregou o atendimento aos deficientes.
b) **Psicopedagógica:** buscava conceituar a anormalidade e defendia a educação das pessoas consideradas anormais, estando mais focada nos princípios psicológicos. Utilizava escalas métricas de inteligência, encaminhando os indivíduos para escolas ou classes especiais, onde seriam atendidos por professores especializados. Resultou na implementação de medidas segregadoras, dando origem as classes especiais para deficientes mentais.

Por volta de 1920, após a Primeira Guerra Mundial foram realizadas em vários Estados, Reformas Educacionais influenciadas pelas ideias da Escola-Nova[3]. Professores psicólogos europeus foram trazidos para ministrarem Cursos para os educadores brasileiros. Em 1929, Francisco Campos trouxe para Minas Gerais a psicóloga russa Helena Antipoff[4] que influenciou os rumos da Educação Especial no Brasil.

Helena Antipoff foi responsável pela criação de serviços de diagnósticos, classes e escolas especiais. Inicialmente organizou a Educação Primária na rede comum de ensino, tendo como base a composição de classes homogêneas. Seu trabalho contribuiu muito na formação de um grande número de profissionais que posteriormente atuaram na Educação Especial no país. Porém, recebeu algumas críticas por parte de alguns estudiosos que mais tarde vieram investigar sua proposta.

[3]Conhecida também como Escola Ativa ou Escola Progressiva, considerado um movimento de renovação do ensino.
[4]"Psicóloga russa que se radicou no país e influenciou o panorama nacional da educação" (Mendes, 2010, p.96).

> "A corrente filosófica adotada por Antipoff valorizava muito a organização do ambiente de trabalho, a metodologia usada pelo professor e a psicologia infantil. Entretanto, o conteúdo e os conhecimentos ministrados ficavam relegados a segundo plano" (Miranda, 2008, p.33).

No ano de 1932 fundou a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, sendo que a primeira escola Pestalozzi foi fundada no ano de 1927 em Canoas, no Rio Grande do Sul. Em 1967, a Sociedade Pestalozzi do Brasil contava com 16 instituições espalhadas pelo país.

> "Deste modo, foi propiciado às crianças, sem lesões graves, mas com dificuldades ou distúrbios de aprendizagem, como hiperatividade, dispersão, problemas emocionais, dentre outros, a possibilidade de frequentar a escola. Com isso, o ensino regular destinado aos "anormais" ficou isento da incômoda presença de alunos com deficiência mental que, segundo os preceitos da época, atrapalhavam o rendimento dos outros alunos. Ainda hoje é possível presenciar esse discurso por parte de alguns pais e até mesmo de professores de nossas escolas. Helena Antipoff teve ainda uma participação ativa no movimento que resultou na criação da primeira Associação de Pais e Amigos dosExcepcionais, em 1954" (Miranda, 2008, p.33).

Para Mendes "no período entre 1950 a 1959 houve maior expansão no número de estabelecimentos de ensino especial para portadores de deficiência intelectual." (Mendes, 2010, p.98). Em 1954, foi criada a Primeira Escola Especial da Associação de Pais e Amigos dos excepcionais (APAE) [5], no Rio de Janeiro, sob influência do casal norte-americano Beatrice Bemis e George Bemismembros da NationalAssociation for RetardedChildren e a atual NationalAssociationfor RetardedCitizens (NARCH), que em visita ao Brasil tentavam estimular a criação de associações deste tipo.

Jannuzzi (1992) ratifica que foi durante a década de 1960 que houve a maior expansão no número de Escolas de Educação Especial no país. Em 1969, já tinha mais de 800 estabelecimentos de Ensino Especial para deficientes mentais, aproximadamente quatro vezes mais do que o número existente em 1960.

Mendes (2010) relata que os historiadores consideram que foi na década de 70 que houve a institucionalização da Educação Especial, devido a um aumento significativo no número de textos legislativos, das associações, dos estabelecimentos, do financiamento e da participação das instâncias públicas na questão. Porém, antes já se observava o aparecimento das Instituições Não Governamentais, no campo da assistência.

[5]"O movimento das APAE talvez se configure na atualidade como o maior movimento filantrópico do país, agregando muitas instituições implantadas em muitos municípios brasileiros."(Mendes, 2010, p.99)

Provavelmente apoiadas pelo setor público da Assistência Social, cujo campo de ação governamental no Brasil tem suas ações inaugurais na década de quarenta com a criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) e da Legião Brasileira de Assistência (LBA),[6]que mais tarde tiveram papel decisivo no financiamento das Instituições Privadas de Assistência à deficiência.

1.3. Legislações de Amparo à Educação Especial

A Lei nº 4.024 de Diretrizes e Bases, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 20 de dezembro de 1961, criou o Conselho Federal de Educação. Aparecendo a expressão "educação de excepcionais", contemplada em dois artigos, artigos 88 e 89.

Em 11 de agosto de 1971 foi promulgada a Lei nº 5.602 de Diretrizes e Bases para o Ensino de 1° e 2° graus, contemplando a Educação Especial com um artigo.

> Art. 9º - Os alunos que apresentam deficiências físicas ou mentais, os que se encontram em atrasoconsiderável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamentoespecial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação.

De acordo com Miranda (2008) uma das questões que gerou polêmica foi que ao citar as deficiências, foram omitidos os deficientes visuais, auditivos e também as pessoas com comportamentos característicos de síndromes neurológicas e psicológicas.

Na década de 1970 a educação especial teve prioridade no I Plano Setorial de Educação, sendo criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP):

> "A educação especial foi estabelecida como uma das prioridades do I Plano Setorial de Educação e Cultural (1972-1974) e foi neste contexto que surgiu em junho de 1973, o Decreto 72.425, de3 de julho de 1973, que criou o Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp), junto ao Ministério de Educação; que iria se constituir no primeiro órgão educacional do governo federal, responsável pela definição da política de educação especial" (Mendes, 2010, p.100).

[6]"Legião Brasileira de Assistência (LBA), agência federal que criada nos anos quarenta e transformada, ao longo do tempo, no instrumento por excelência do clientelismo e dos interesses particularistas" (Mendes, 2010, p.102).

Entre os anos de 1976 e 1981 teve uma grande mobilização para sensibilizar as pessoas e os vários segmentos da sociedade com o "Ano Internacional das Pessoas Deficientes", no ano de 1981.

Em 1986 é lançado o "Plano Nacional de Ação Conjunta" e instituída a Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), dispondo sobre a atuação da Administração Federal, no que se refere às pessoas com deficiência.

A Constituição de 1988 em seu Art. 208 garante "o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino".

Para Miranda (2008), através da Constituição de 1988, ficou assegurado o direito de todos à educação, garantindo o atendimento educacional de pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais.

No Brasil, de acordo com a Convenção dos Direitos das Crianças instituída pela ONU em 1989, outras leis vêm ratificar e garantir os direitos de crianças e adolescentes com deficiência. Dentre elas: a Lei n° 7.853/89, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei n° 8.069) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei n° 9.394/96).

Laplane (2006) coloca que em 2004, a Secretaria de Educação Especial do Ministério de Educação lançou a série Educação Inclusiva, um conjunto de documentos que objetivam implementar a política de inclusão escolar.

1.4. Da Segregação à Integração: um Longo Caminho

Desde o século XVI, de acordo com Mendes (2006), a História da Educação Especial, mesmo com raras experiências, não foi além de um cuidado custodial com aqueles indivíduos considerados ineducáveis. Sendo uma fase de segregação, onde a institucionalização em asilos e manicômios foi alternativa que a sociedade acreditava ser a melhor, para o tratamento daqueles considerados "anormais". Sob a justificativa de que em ambientes assim, seriam mais bem cuidados e protegidos.

> "Na Antiguidade, os deficientes eram abandonados, perseguidos e eliminados devidoàs suas condições atípicas. Na Idade Média, o tratamento variava segundo as concepçõesde caridade ou castigo predominantes na comunidade em que o deficiente estava inserido, o que era uma forma de exclusão" (Miranda, 2008, p.30).

Para Mendes (2010), apesar das iniciativas isoladas e precursoras encontradas no Brasil na área de Educação Especial a partir do século XIX, foi somente no decorrer de 1970 que a sociedade responde de maneira mais abrangente a essa questão. Salientando que

"(...) foram cerca de 30 anos de uma política tida como regida pelo princípio de "integração escolar", até emergir o discurso da "educação inclusiva" ou da "inclusão escolar" no país, a partir de meados da década de noventa" (Mendes, 2010, p.106).

Bueno (1993) relataque até a década de 50 pouco se falava em Educação Especial, e sim, em Educação de Deficientes. As instituições de atendimento e a pequena literatura que se tinha, era direcionada às deficiências específicas, não se tinha um sistema, muito menos que se dirigisse aos "excepcionais".

> "O desenvolvimento da educação especial envolveu uma série de estágios durante os quais os sistemas de educação exploraram diferentes formas de responder a crianças com deficiências e a outras que têm dificuldades de aprendizagem. A educação especial foi oferecida, por vezes, como complemento à educação geral e em outros casos foi totalmente segregada" (Ainscow, 2009, p.12).

Segundo Miranda (2003), é impossível negar que a conquista da integração social do indivíduo que apresenta deficiência significa um avanço social relevante, uma vez que teve o mérito de inseri-lo na sociedade de maneira sistemática, fazendo-se um paralelo aos tempos de segregação.

Dessa forma, a preocupação com os indivíduos vistos como "diferentes" surgiu de maneira "assistencialista". A sociedade buscava atender a essas pessoas, porém sem se preocupar com a educação, dando início a fase de "segregação". São criadas as Escolas Especiais separadas das Escolas Regulares, estabelecidas por organizações religiosas ou filantrópicas para separar os diferentes. Locais onde se depositavam essas pessoas acreditando ser essa a melhor alternativa para eles. Só mais tarde, sendo questionada tanto em relação a sua eficácia e também do ponto de vista dos direitos humanos é que se defende a "integração" desses indivíduos no âmbito da escola regular.

1.5. Surgimento de Uma Escola Para Todos: A Conferência de Jomtien

Em 1990, de acordo com Mendes (2006), foi realizado em Jomtien, na Tailândia "A Conferência Mundial sobre Educação para Todos". Convocada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU) e o Banco Mundial. Nessa Conferência foi proclamada a "Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem".

No preâmbulo do documento ficam claros os principais motivos, tanto econômicos como educacionais, que levaram a realização da Conferência. Destacando que, mesmo passado quarenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a educação ainda não era acessível a todos. Relatando que, em 1990, mais de 100 milhões de crianças não tinham acesso à escolarização básica e mais 960 milhões de adultos eram analfabetos.

> "O Brasil, ao assinar a Declaração resultante da Conferência Mundial de Educação para Todos, assumiu um conjunto de compromissos, a serem cumpridos, que deveriam ser traduzidos em metas nacionais, tendo em vista uma escola de qualidade para todos" (Lara, 2011, p.82).

Miranda (2008) coloca que no Brasil, no início da década de 1990, tiveram início as discussões referentes ao novo modelo de atendimento na escola denominado Inclusão Escolar. Esse novo modelo seria uma forma de reagir ao processo de integração que era adotado.

> "O conceito de inclusão passa a ser trabalhado na educação especial de forma diferente do conceito de integração, no entanto, eles têm a mesma proposta que é inserir os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais no ensino regular" (Miranda, 2008, p.39).

A "Declaração de Jomtien" é considerada um dos principais documentos sobre educação, uma vez que forneceu definições e novas abordagens sobre as necessidades básicas de aprendizagem, objetivando estabelecer compromissos mundiais para garantir a todas as pessoas os conhecimentos básicos necessários a uma vida digna, como também uma sociedade mais humana e mais justa.

Assim, os participantes da Conferência relembraram que a educação é um direito de todos, podendo contribuir para um mundo mais seguro, para o progresso pessoal e social. Admitiram também que era necessário melhorar a qualidade da educação e assumiram o compromisso de cooperar adotando as medidas, coletivas e individuais, necessárias para favorecer a educação para todos.

Na "Declaração Mundial sobre Educação Para Todos", artigo 3º, item 5, trata das necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiência. Deixando claro ser necessária a garantia da igualdade de acesso à educação aos portadores de qualquer deficiência, sendo parte integrante do sistema educativo.

De modo que, nessa Declaração houve um debate em torno de um sistema educacional inclusivo para as pessoas portadoras de deficiência. Entretanto, foi somente com a Declaração de Salamanca que mais adiante esse processo teve início. Atribuindo-se

à Conferência de Jomtien o mérito de ter pensado uma educação inclusiva, ao invés daquela que segregava os deficientes, sem nenhuma finalidade educativa.

1.6. Declaração de Salamanca: Início do Processo de Inclusão

Em meio a descontentamentos em torno da educação do portador de deficiência e também para reafirmar o compromisso de "Educação para Todos" firmado em 1990 em Jomtien, em junho de 1994,reuniram-se 88 governos e 25 organizações internacionais, em uma "Conferência Mundial sobre Educação Especial" que foi patrocinada pelo governo espanhol e pela UNESCO.

Nesta "Conferência Mundial sobre Educação Especial" realizada em Salamanca, foi elaborado um documento chamado "Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais". Nele "o conceito de inclusão é um desafio para a educação, na medida em que se estabelece que o direito à educação seja para todos e não só para aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais" (Miranda, 2008, p.39).

Mendes atribui à Declaração de Salamanca "o mais importante marco mundial na difusão da filosofia da educação inclusiva. A partir de então, ganha terreno as teorias e práticas inclusivas em muitos países, inclusive no Brasil." (Mendes, 2006, p.395).

A Declaração de Salamanca partiu da seguinte premissa:

> "As escolas regulares com orientação para a educação inclusiva são o meio mais eficaz no combate às atitudes discriminatórias, propiciando condições para o desenvolvimento de comunidades integradas, base da construção da sociedade inclusiva e obtenção de uma real educação para todos" (Declaraçãode Salamanca, 1994, p.09).

Para Ainscow "a Declaração de Salamanca é o documento internacional mais significativo que já apareceu na área da educação especial." (Ainscow, 2009, p.12). Por defender que Escolas Regulares com orientação inclusiva é uma maneira eficiente de contestar posturas discriminatórias, construindo assim uma sociedade inclusiva e proporcionando educação para todos. Propõe que tais escolas proporcionem educação eficaz para a maioria das crianças, melhorando a eficiência e o custo benefício de todo o sistema educacional.

A "Declaração de Salamanca" ressalta também, Cardoso (2004) que os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) devem ter apoio necessário para garantir uma

educação eficaz, acreditando que a Educação Inclusiva é o um meio promissor da solidariedade entre os alunos especiais e aqueles vistos como normais.

De acordo com esta Declaração todas as crianças, independentemente de qualquer fator, devem ser acomodadas nas escolas e também aprender juntas. Isto porque através da escola inclusiva é possível um ambiente favorável à aquisição de igualdade de oportunidade e participação.

Desta forma, foi possível inserir no conceito das necessidades educacionais especiais não somente crianças com deficiências visíveis, como também àquelas que passam por outro tipo de problema seja ele temporário ou permanente. Como é o caso de crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem, aquelas que vêm repetindo continuamente a mesma série, dentre outros. São muitas as problemáticas que na maioria dos casos refletem na sala de aula e interferem assim no processo de ensino e aprendizagem das crianças.

1.7. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – LEI N° 8.069/90

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi criado no Brasil para garantir entre outros pontos que nenhuma criança ou adolescente seja alvo de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo por lei quem atentar por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais.

> "O ECA foi publicado em 1990 como uma resposta às diretrizes internacionais estabelecidas pela Convenção dos Direitos da Criança (ONU, 1989). O Estatuto prioriza a criança e o adolescente e estabelece os direitos e os deveres do Estado para com todas as crianças e jovens brasileiros" (Ferreira, 2009, p.34).

O ECA, no artigo 53, capítulo IV, deixa claro que a criança e o adolescente têm direito à educação, objetivando assim, o seu pleno desenvolvimento.

Em relação aos alunos deficientes, artigo 54, capítulo III, atribui ao Estado o dever de garantir à criança e ao adolescente o "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino". (ECA, 1990, p.20)

Neste sentido, esse Estatuto assegura a todas as crianças e adolescentes, indistintamente, seus direitos. Considerando os estágios de desenvolvimento em que se encontram e, além disso, dando prioridade a estes em relação às medidas políticas que possam vir a serem adotadas.

1.8. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n° 9394/96: Normatização da Inclusão.

Laplane (2006) relata que foi preciso passar mais uma década após promulgação da Constituição de 1988, para que 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional incorporasse a ideia de que o sistema educacional deve estar centrado no aluno, quaisquer que sejam as suas características. Acrescenta ainda que, a Lei define a Educação Especial como educação escolar e reafirma o Provimento Preferencial na Rede Regular, além de prescrever a oferta de serviços de apoio especializado na própria escola. Preserva o atendimento em classes, escola ou serviços especializados quando não for viável, devido às condições específicas do aluno, a integração nas classes comuns.

> "No intuito de reforçar a obrigação do país em prover a educação, é publicada, em dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96. Essa lei expressa em seu conteúdo alguns avanços significativos. Podemos citar a extensão da oferta da educação especial na faixa etária de zero a seis anos; a ideia de melhoria da qualidade dos serviços educacionais para os alunos e a necessidade de o professor estar preparado e com recursos adequados de forma a compreender e atender à diversidade dos alunos" (Miranda, 2003, p.5 e 6).

Para Ferreira (2009), a Lei de Diretrizes e Bases traz uma inovação no Capítulo V, Art. 58, ao tratar da especificidade dos "educandos portadores de necessidades especiais".

Em seu Art. 59, determina que os sistemas de ensino devam ser estabelecidos de modo que garantam aos alunos com necessidades especiais "currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender as suas necessidades".

De um modo geral, a Lei nº 9.394/96 é um documento que promoveu um grande avanço em relação aos demais, uma vez que assegura um capítulo dedicado à Educação Especial, enfatizando que cabe ao Estado se responsabilizar pelo atendimento especializado, devendo ter início já na Educação Infantil.

Entretanto, construiu-se um modelo que deve ser adotado em todo o país sem considerar as diferenças regionais, a pluralidade cultural, como também as disparidades econômicas de um lugar para outro. Essas questões são importantes, uma vez que inviabiliza os resultados na prática, o que se propõe teoricamente em lei.

1.9. A Escola Diante da Obrigatoriedade da Inclusão: Mito ou Realidade.

Existe hoje em dia no Brasil segundoFleuri(2009), um grande movimento político para que pessoas com deficiências possam ser incluídas em várias instituições, especialmente nas escolas de ensino regular e nas empresas. A obrigatoriedade legal para o acolhimento e inserção dessas pessoas é resultado de lutas históricas. O desafio consiste em desenvolver processos institucionais com condições de respeitarem as diferenças e integrarem essas pessoas de uma forma que desenvolva habilidades e não as anule.

De acordo com Mendes (2010), no Brasil, nos dias atuais, a realidade da educação de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais apresenta características de um sistema dualista que de um lado existe um forte sistema marcado pelo assistencialismo filantrópico e do outro, um sistema educacional fragilizado que é instigado a ceder espaço para a educação escolar desta parcela da população.

A inclusão escolar é hoje em dia uma realidade difundida no cenário mundial. Entretanto, percebe-se no Brasil que a grande maioria das escolas não está preparada para atender esses alunos, uma vez que, ainda nem conseguiram ao menos ser acessível a todas as pessoas do ensino regular.

> "A inclusão é, acima de tudo, uma questão de atitude, que implica rupturas com o modo como a escola tem sido perspectivada. Nesse sentido, não chega haver legislação que legitime a inclusão, como não chega pensar que todos os alunos têm o direito a participar na comunidade a que pertencem. É preciso senti-lo, partindo do princípio que a resposta educativa tem de ser diversificada. O que nos remete, entre outras possíveis respostas, para a gestão flexível do currículo, o que nos remete para a diferenciação pedagógica" (Emygdio, 2004, p.57).

Para Miranda (2008), estudiosos e pesquisadores, da área de Educação Especial, têm debatido intensamente sobre o processo de inclusão. Porém todo esse debate tem ficado praticamente restrito à parte teórica, devido a pouca aplicação prática. Para tanto, faz-se necessária uma mudança de ordem estrutural no sistema educacional.

A escola dos dias atuais é vista como inclusiva por permitir que alunos deficientes, antes excluídos, sejam inseridos no ambiente escolar. Todavia, apresenta um ensino igual para todos, por não está preparada para trabalhar com propostas diferenciadas para um público tão heterogêneo.

> "A inclusão escolar tem sido mal compreendida, principalmente no que diz respeito ao seu apelo a mudanças nas escolas comuns. Sabemos, contudo, quesem essas mudanças não garantiremos a condição de nossas escolas receberem,

> indistintamente, a todos os alunos, oferecendo-lhes condições de prosseguir em seus estudos, segundo a capacidade de cada um, sem discriminações e espaços segregados de educação" (Mantoan, 2008, p.409).

A grande questão é que a escola não tinha conseguido sanar os problemas com aqueles que estavam supostamente incluídos e teve que receber um novo público, com novos desafios.

Sendo assim, a inclusão de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino é uma realidade à medida que passaram a frequentar a escola. Entretanto, dizer que a escola é inclusiva torna-se um mito devido à inadequação desta às reais necessidades destes novos alunos. Muitos não conseguem acompanhar a sua proposta e ficam retidos durante anos em uma mesma série.

Desta forma, contraria a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 que garante aos alunos com necessidades especiais currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicas para que o aluno possa efetivamente se desenvolver.

Portanto, para que a inclusão seja real, muitas mudanças são necessárias. Isso desde as medidas políticas adotadas à maneira como o professor vem lidando com o novo dentro da sala de aula.

1.10. Importância da Formação de Educadores para a Inclusão

Em 1994, a "Declaração de Salamanca" já expressava a importância do professor para a educação inclusiva.

> "Preparação apropriada de todos os educadores constitui-se um fator chave na promoção de progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas. As seguintes ações poderiam ser tomadas. Além disso, a importância do recrutamento de professores que possam servir como modelo para criançasportadoras de deficiências torna-se cada vez mais reconhecida" (Declaração de Salamanca).

Para Silva (2001), a integração escolar dos alunos com necessidades educativas especiais não pode depender apenas da legislação que a legitima, tem que haver por parte dos sistemas educativos, uma preocupação com a formação contínua dos professores do ensino regular. Estes são atores fundamentais para desenvolver esse processo.

Os professores devem ser apoiados de modo que consigam compreender como se dá esse processo, sem que se torne um peso a mais na sua sala de aula e assim possam desenvolver um trabalho efetivo com esses alunos com necessidades especiais.

Miranda (2008) relata que, inúmeros professores e profissionais da área de educação têm muita resistência em aceitar a proposta da escola inclusiva, devido à ausência na sua formação. A capacitação dos professores não deve ser resumida a cursos, palestras, seminários, pois ações isoladas de forma paliativa, não resolvem o problema.

Para Michels (2006), a proposta de formação dos professores para Educação Especial da Política Educacional Brasileira, não permite que sejam superadas as barreiras da exclusão. Ao invés disso, reafirma a exclusão dos alunos das classes populares, sejam eles vistos como deficientes ou não. Além de excluídos da escola, são excluídos do processo de aprendizagem no interior da escola.

O professor deve está atento às diversidades dentro da sala de aula e principalmente saber como trabalhar com os alunos de modo que possibilite seu desenvolvimento. Isto não significa que todos irão avançar homogeneamente, mas cada um com suas particularidades.

Pletsch (2009) afirma que o professor deve atribuir à diversidade um valor significativo no processo de ensino-aprendizagem. Construindo estratégias de ensino, adaptando atividades e conteúdos, não só para os alunos considerados especiais, como também para a prática educativa como um todo. A fim de que possa diminuir a segregação, a evasão e o fracasso escolar.

Em linhas gerais, a formação do professor vai além de cursos universitários, pois por si só, não é suficiente para sanar problemas reproduzidos há tanto tempo. De modo que para ocorrer uma verdadeira mudança no cenário educacional colocando a inclusão em prática, vários fatores têm que ser levados em consideração. Isso vai desde o contexto social em que a escola está inserida até os recursos materiais e verbas disponíveis à instituição. A formação do professor deve proporcionar que tenha um olhar sensível, articulando teoria e prática e, principalmente atendendo às necessidades e as questões atuais propostas.

CAPÍTULO II
A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA NO AMBIENTE ESCOLAR INCLUSIVO

> "(...) formação docente em nível superior por si só não resolverá a complexidade dos problemas educacionais brasileiros historicamente reproduzidos como, por exemplo, o analfabetismo. É preciso compreender que mudanças na educação para atender ao paradigma vigente de inclusão educacional dependem de diversos fatores (...)" (Pletsch,2009, p.145)

A partir da década de 1990, há no Brasil avanços significativos voltados à formação de professores. Isso em relação à legislação, etambém a vários estudos direcionados a esse tema.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB nº 9394//96) marcou o início de uma série de mudanças. Nela, há um capítulo que trata da formação dos professores, dando ênfase aos fundamentos metodológicos, os tipos e as modalidades de ensino, bem como as instituições responsáveis pelos cursos de formação inicial destes.

A inclusão dentro do ambiente escolar é uma realidade assegurada por lei. Alunos com necessidades especiais devem frequentar a rede regular de ensino, de acordo com a LDB nº 9394/96 e ter professores capacitados para trabalharem com eles.

Na prática, entretanto, os professores se sentem inseguros e despreparados para lidar com essa nova situação. De acordo com Oliveira (2004), o trabalho dos docentes passou por um processo de reestruturação sem ter as devidas adequações. Dessa forma, além dos problemas que já enfrentam, têm que lidar com um novo público que necessita de uma atenção especial e o professor muitas vezes não passa se quer, por um curso de capacitação.

> "A formação, a preparação e a conscientização profissionais são fundamentais, para ajudar o professor e a professora a enfrentarem o próprio medo, a própria insegurança e a desestabilização que a presença do novo instaura" (Fleuri, 2009, p.82).

Segundo Pletsch (2009), outra questão importante na formação dos professores no Brasil é a diversidade regional e socioeconômica que refletem na universidade. Dificultando que se invista no intercâmbio de experiências positivas sobre inclusão no país, como tambémna disseminação das pesquisas sobre esse tema. Acrescenta ainda: "no Brasil, a formação de professores e demais agentes educacionais ligados à educação segue ainda um modelo tradicional, inadequado para suprir as reivindicações em favor da educação inclusiva (...)" (Pletsch, 2009, p.150).

Essa nova realidade requer do professor uma postura que ultrapassa as suas potencialidades, mesmo que tenha formação universitária. Em algumas situações, não depende apenas dele para concretizar o que idealiza a legislação. São questões de ordem social, econômica e da própria conjuntura política do país.

2.1. Diferenciando: Conhecimentos de Competências e Atitudes Pedagógicas

O educador atua como mediador entre o conhecimento que se apresenta e o educando. Por meio de exposições, vivências, ou seja, metodologias que ele adota despertando no aluno o interesse. É um desafio que leva o professor a buscar sempre novas possibilidades para a sua prática pedagógica.

Antes é preciso definir e diferenciar o que são conhecimentos, competências e atitudes pedagógicas, a fim de que não sejam atribuídos a esses termos o mesmo significado.

Conhecimentos pedagógicos são aqueles que os docentes adquirem por meio de formação a nível superior, pós-graduação ou através de cursos que o capacitem e qualifiquem para que possam atuar em sala de aula.

De acordo com Pletsch (2009), a LDB nº 9394/96 ao instituir em seu artigo 62 serem admissíveis professores formados em Cursos de Nível Médio para atuar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, representou uma perda para os educandos, educadores e toda sociedade. Acredita que a Formação em Nível Superior é uma das medidas fundamentais para que realmente aconteçam mudanças educacionais.

Entretanto, conhecimento por si só, não assegura a realização de um bom trabalho educativo. A prática pedagógica requer que o professor tenha competência e saiba qual atitude pedagógica tomar partindo da sua realidade, do seu contexto, utilizando todo o conhecimento e formação para o desenvolvimento do educando.

> "Conhecimento significa todo o acervo de informações, conceitos, ideias, experiências, aprendizagens que o colaborador possui a respeito de sua especialidade. Isso significa aprender a aprender, a ler, a ter contato com outras pessoas e profissionais e, sobretudo, reciclar-se continuamente para não tornar-se obsoleto e ultrapassado em seus conhecimentos. Todavia, as empresas estão repletas de profissionais com excelentes currículos e um enorme cabedal de conhecimentos, mas que não são capazes de transformar a sua bagagem pessoal em contribuições efetivas ao negócio e criar valor para a organização.
>
> Habilidade significa a capacidade de colocar o conhecimento em ação. Em saber transformar a teoria em prática. Em aplicar o conhecimento na análise das situações e na solução dos problemas e na condução do negócio. Não basta apenas possuir o conhecimento; ele pode ficar apenas em estado potencial. É a habilidade que dá autonomia e independência ao colaborador, que não precisa perguntar ao chefe o que deve fazer e como fazer nas suas atividades.
>
> Atitude significa o comportamento pessoal do colaborador frente às situações com que se defronta no seu trabalho. A atitude representa o estilo pessoal de fazer as coisas acontecerem, a maneira de liderar, de motivar, de comunicar e de levar as coisas para frente. É esta competência durável que transforma o colaborador em

> um agente de mudança nas empresas e organizações e não simplesmente um agente de conservação" (Chiavenato, 2004, p.04).

A competência do professor estaria justamente em conciliar na prática todo seu conhecimento pedagógico. Buscando despertar no aluno o interesse e a motivação para aprender, tornando as suas aulas mais interessantes e atrativas, a fim de que, o aluno não se disperse e tenha interesse em participar.

Para Zabala e Arnau (2010), a competência leva a uma nova postura daqueles que participam da educação e poderia ser definida como:

> "A capacidade ou a habilidade para realizar tarefas ou atuar frente a situações diversas de forma eficaz em um determinado contexto. É necessário mobilizar atitudes, habilidades e conhecimentos ao mesmo tempo e de forma inter-relacionada. O uso do termo competência é uma consequência da necessidade de superar um ensino que, na maioria dos casos, reduziu-se a uma aprendizagem cujo método consiste em memorização, isto é, decorar conhecimentos, fato que acarreta na dificuldade para que os conhecimentos possam ser aplicados na vida" (Zabala, A. Arnau, L., 2010, p.17).

Assim, a inclusão dos alunos com necessidades especiais, passou a ser mais um desafio para os educadores. A grande maioria ainda não sabe como atuar em sala de aula com esses "novos" educandos. Percebe-se que há uma deficiência nas disciplinas ofertadas nos Cursos Universitários e também na formação de muitos professores. Alguns acreditamque seja suficiente a oferta de cursos de capacitação pela própria instituição ou órgão em que lecionam.

> "(...) elaborar programas de formação contínua a partir da revisão de literatura sobre questões relativas à inclusão ou à integração de alunos com necessidades educativas especiais (NEE) no ensino regular ou à multiculturalidade, parece-nos insuficiente e, eventualmente, ineficaz, atendendo à especificidade de problemáticas dessa natureza" (Emygdio, 2004, p.51).

Esse problema veio somar a tantas outros ainda não resolvidos pelo Sistema Educacional e que muitas vezes não dependem apenas do professor. Trata-se, no entanto, de um problema de ordem maior que foi ao longo do tempo sendo acumulado e se tornando cada dia mais sério.

A partir do olhar sensível do educador em relação ao educando, pode-se desenvolver um trabalho significativo, uma vez que, busca identificar as suas necessidades e particularidades. Contribuindo assim, para ampliar os conhecimentos que ele já traz.

Para Emygdio (2004), a formação contínua de professores deve ser baseada na **análise de necessidades de formação**[7]. Este tipo de formação busca na prática dos docentes os problemas e as dificuldades que se deparam. Para que sejam objetos de reflexão, como também outras questões que possam surgir.

O professor precisa também ser o produtor do seu próprio conhecimento. Ser competente é uma tarefa que exige esforço e dedicação, intercalando conhecimento, habilidade e atitude. É nesse sentido que a competência do professor faz a diferença, à medida que, consegue levar para seu contexto toda sua aprendizagem e tenha atitudes pedagógicas que contribuam para enriquecer sua prática.

Antunes (2002) deixa claro aos educadores que existem várias maneiras para ensinar o aluno. Para tanto, faz-se necessário colocar a teoria em prática percorrendo novos caminhos.

Sendo assim, a formação do professor em nível universitário se faz necessária na medida em que pode acrescentar novos conhecimentos. Possibilitando que se sinta mais seguro e saiba trabalhar em sala com a diversidade. Cabendo ao professor digerir as informações, para enriquecer sua prática pedagógica e trazeralgo de novo que faça diferença na vida do educando. Aliado a isso, devem ser identificados e repensados os problemas que são verdadeiros empecilhos no seu cotidiano dentro da sala de aula.

2.2. Escolas Como Ambiente Inclusivo: Forma ou (de) forma?

Nos dias atuais muitas escolas ainda adotam uma postura tradicional em sua maneira de ensinar e lidar com a diversidade. Apesar da difusão e obrigatoriedade da "inclusão", há uma resistência às mudançaspropostas por apresentarem uma estrutura rígida e seletiva.

De acordo com Mantoan (2004), a inclusão surge como oportunidade de aperfeiçoamento da Educação Escolar, beneficiando a todos os alunos, sejam eles com deficiência ou não.

As escolas tradicionais não atendem à proposta da educação inclusiva uma vez que tentam homogeneizar os alunos. Muitas, não estão abertas às diferenças e formam o educando de acordo com os seus moldes, através da reprodução de conteúdos. Deformando assim o aluno que se vê obrigado a omitir seu conhecimento e seguir um padrão.

[7]Este tipo de análise surgiu nos anos setenta e era voltada para formação de adultos. (Emygdio, 2004, p.52)

> "A escola insiste em afirmar que os alunos são diferentes quando se matriculam em uma série escolar, mas o objetivo escolar, no final desse período letivo, é que eles se igualem em conhecimentos a um padrão que é estabelecido para aquela série, caso contrário serão excluídos por repetência ou passarão a frequentar os grupos de reforço e de aceleração da aprendizagem e outros programas embrutecedores da inteligência" (Mantoan, 2008, p.408).

Grande parte desses alunos não consegue acompanhar às cobranças feitas pela escola e findam desistindo por não atender às exigências de um currículo clássico.

> "O processo inclusivo pode significar uma verdadeira revolução educacional e envolve o descortinar de uma escola eficiente, diferente, aberta, comunitária, solidária e democrática onde a multiplicidade leva-nos a ultrapassar o limite da integração e alcançar a inclusão" (Cardoso, 2004, p.24)

A integração por si só não garante o desenvolvimento do aluno. Incluir vai além de estar presente em uma sala de aula. O aluno tem o direito de ser respeitado e principalmente de se sentir ativo no processo. Inserir um aluno deficiente na rede regular de ensino, não garante que ele realmente está fazendo parte do processo de ensino-aprendizagem. Requer uma reorganização que vai desde as estruturas físicas até a prática pedagógica do professor.

> "A educação pressupõe propor modificações significativas da instituição educativa e do que nela ocorre, quer dizer, é necessário introduzir modelos de atenção à diversidade nas estruturas da organização e revisar toda organização em instituições educativas" (Camacho, 2004, p.12).

A diversidade é importante, pois é enriquecedora do ambiente educativo. Trabalhar as diferenças requer um rompimento com a maneira tradicional com que a escola vem atuando. Muitas vezes écobrando do aluno que se molde aos critérios que a escola impõe. Deformandoassim, a essência do educando que busca se "incluir" em um padrão, que na maioria das vezes, não faz sentido algum para sua vida.

> "A aceitação e a valorização da diversidade, a cooperação entre diferentes e a aprendizagem da multiplicidade são, assim, valores que norteiam a inclusão social, entendida como o processo pelo qual a sociedade se adapta de forma a poder incluir, em todos os seus sistemas, pessoas com necessidades especiais e, em simultâneo, estas se preparam para assumir o seu papel na sociedade" (Emygdio, 2009, p.144).

A escola atual se vê sem alternativa para não aderir ao paradigma da inclusão. Há um apelo geral à sociedade e às instituições, onde a escola se insere para romper com as

estruturas rígidas que não admitem ser diferente. Assim, ao invés de formarem os cidadãos, findam anulando-os e fingindo uma inclusão que não existe. A diversidade ganha cada vez mais espaço e precisa ser vista como enriquecedora, e não mais como deformadora da ordem vigente.

> "Cada escola deve ser uma comunidade, conjuntamente responsável pelo sucesso de cada aluno. É a equipe pedagógica, mais do que o professor individual, que se deve encarregar da educação das crianças com necessidades educativas especiais" (Artigo 37.º da Declaração de Salamanca, 1994).

Dessa forma, a inclusão desafia a escola tradicional e os professores a adotarem uma nova postura diante dessa nova realidade. Os educandos dos dias atuais, não têm medo de expor suas opiniões, como acontecia antigamente, e não aceitam que sejam moldados de acordo com as expectativas da escola.

2.3. Dificuldades dos Professores e Potencialidades de Superação

A grande maioria dos professores sente-se incapaz e até mesmo temerosa diante do ingresso de alunos com deficiência ou distúrbio de comportamento em sua sala de aula. Para Pletsch"muitas vezes a falta de preparo e informação impede o professor de desenvolver uma prática pedagógica sensível às necessidades do aluno especial incluído" (Pletsh, 2009, p.148)

Em meio a várias reformas porque passou o sistema educativo brasileiro, o professor assumiu uma série de funções, atribuindo-se muitas vezes a ele o sucesso ou fracasso escolar. Com a "inclusão" de alunos com deficiências em sala de aula, o professor recebe mais um desafio para o qual, na maioria das vezes, não está preparado.

De acordo com Oliveira (2004), pelo fato do professor ter que executar várias atividades que estão além da sua formação, leva a perda da sua identidade profissional. O professor, diante de tantas obrigações, já não sabe se ensinar realmente é o mais importante.

Em 1988, a Constituição Federal da República em seu artigo 206, instituiu a Gestão Democrática como sendo obrigatória no ensino público. A partir daí, tanto os docentes quanto a comunidade passaram a participar na elaboração etambém na decisão de políticas públicas para a educação.

O grande problema é que ao mesmo tempo em que a escola passa a ser mais democrática, inclusive para os trabalhadores da Educação Especial, segundo Oliveira (2004), compromete a autonomia do professor. Há um sentimento de perda da autoridade

profissional por ver alunos e pais opinando em reuniões de colegiado e outras situações que é de responsabilidade do professor.

> "A ideia de que o que se faz na escola não é assunto deespecialista, não exige um conhecimento específico, e, portanto, pode serdiscutido por leigos, e as constantes campanhas em defesa da escola pública que apelam para o voluntariado contribuem para um sentimentogeneralizado de que o profissionalismo não é o mais importante no contexto escolar" (Oliveira, 2004, p. 1135).

Diante de todas essas questões acima vivenciadas pelos professores, a inclusão de alunos portadores de deficiência, surge como mais um problema para a prática pedagógica docente. Muitos professores, mesmo com nível superior sentem-se incapazes de lidar com salas de aula tão diversificadas.

As universidades do país deveriam estar preparadas para qualificar o professor, oferecendo-lhe o suporte necessário para lidar com a heterogeneidade posta pela inclusão. De acordo com Pletsch,Mesmo nos "(...) cursos de Pedagogia e de Pedagogia com Habilitação em Educação Especial, poucos são aqueles que oferecem disciplinas ou conteúdos voltados para a educação de pessoas com necessidades especiais (...)." (Pletsch, 2009, p.150).

É imprescindível que as universidades se adequem ao paradigma da inclusão, reavaliando os Cursos de Licenciatura, as disciplinas ofertadas e a forma como tem contribuído para que os professores se sintam mais seguros e preparados para enfrentarem os problemas do cotidiano escolar. Além disso, dando-lhe o suporte necessário para lidar com a diversidade dentro das escolas, seja ela em relação à cor, situação financeira, problemas comportamentais e principalmente com alunos em situação de deficiência.

CAPÍTULO III

A INDISCIPLINA ESCOLAR DOS ALUNOS DO 3° AO 5° ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA BREVE INVESTIGAÇÃO JUNTO AOS ALUNOS, PROFESSORES E GESTORES.

> "Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a serenidade" (Freire, 1996, p.13).

O nosso universo de estudo é a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental José da Matta e Silva que fica no município de Sobral-CE, no Nordeste brasileiro. A escolha pela referida escola deu-se pelo fato de ser considerada uma das melhores escolas públicas da cidade e até do Estado do Ceará,no entanto, encontra-se inseridos nesta escola alguns casos de alunos "indisciplinados".

A escola funciona em dois turnos, matutino e vespertino atendendo a 21 bairros do Município, num total de 747 alunos. Para organização das turmas o critério adotado é da idade cronológica. Vai da Educação Infantil ao 5° ano do Ensino Fundamental, sendo que a Educação Infantil funciona em um prédio separado (anexo) do Ensino Fundamental.

Apresenta um Diretor Geral e três coordenadoras: uma da Educação Infantil ao 1°ano, outra para os 2° e 3° anos e a terceira coordenadora para os 4° e 5° anos.

O prédio em que funciona a escola dispõe de todas as salas com ar condicionado, uma área com sete mesas de brinquedos para a hora do recreio, um espaço onde fica a cantina para distribuição do lanche diariamente e também um local para os alunos assistirem a DVD`S educativos como um cinema. Além disso, está sendo construída uma quadra poliesportiva que fica bem ao lado da escola a fim de que tenham uma área maior para prática de esportes e o desenvolvimento de outras atividades.

O Sistema da Rede Municipal de Sobral – CE não permite que o aluno seja reprovado. No mínimo tem que ser atribuído nota 7,0 (sete), mesmo àqueles alunos com dificuldades. Assim como nas demais escolas públicas do município, na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental José da Matta e Silva, o aluno não será reprovado, independente do seu comportamento. Além disso, o professor também é avaliado e recebe gratificação de acordo com o seu desempenho.

Verificamos a existência do Projeto Político Pedagógico na escola, acessível a todos e construído coletivamente. Sendo reelaborado a cada dois anos, visando atender às necessidades da comunidade. Entretanto, constatamos a ausência de documentos que relatem a ocorrência dos comportamentos indisciplinados dos alunos.

Paralelo a outros projetos trabalhados na escola existe o "Projeto Fone" para saber o porquê de o aluno ter faltado à escola. Para tanto, há uma funcionária da escola responsável de ligar diariamente para casa dos alunos, a fim de descobrir o motivode o aluno ter faltado à aula, como também para atualizar os dados pessoais dos alunos, comunicando ao Conselho Tutelar[8] alguma irregularidade.

[8]Órgão criado conjuntamente com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no ano de 1990, para zelar pelos direitos das crianças e dos adolescentes até 18 anos.

A referida escola recebeu no ano de 2011 a média de 7,8, que foi considerada uma das melhores do Ceará, no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) criado em 2007 pelo Governo Federal para medir a qualidade do ensino nas escolas públicas.

É uma escola muito procurada por toda a comunidade, graças ao trabalho que vem sendo desenvolvido e o compromisso de todos, seja direção, coordenação, professores e até o pessoal de apoio.

3.1. A Sala de Aula como Local de Pesquisa e Outros Ambientes

A sala de aula é o lugar ideal para observação, uma vez que várias pessoas estão juntas em um mesmo ambiente. É a partir dessa interação, no sucesso ou insucesso dessa socialização que os comportamentos se manifestam, inclusive a indisciplina podeser decorrente dessa relação. Sendo assim, a sala de aula: "é um universo próprio onde se desenvolvem dinâmicas e interações próprias, para as quais cada professor contribui e nas quais se devem integrar, para alcançar as metas que se propõe" (Correia ,1997, p.107).

Estrela (1992) expõe que se a indisciplina está relacionada a autoridade do professor, seu estudo remete ao campo da relação pedagógica. Sendo assim, a sala de aula passa a ser o lugar ideal de investigação do fenômeno, pois é lá que os alunos ficam a maior parte do tempo. Há uma relação de face a face entre alunos e professores, em um espaço e tempo delimitados.

Como já relatamos, não há um arquivo na escola para acompanhar a reincidência dos comportamentos indisciplinados dos alunos, uma vez que a direção acredita não ser necessário, visto que já adotaram há algum tempo esse tipo de medida e acham desnecessário.

3.1.1. A Observação dos Alunos em Sala de Aula e no Recreio

De acordo com Minayo (2009) a observação possibilita que o pesquisador fique mais livre de pré-julgamentos, já que não é prisioneiro de um instrumento rígido de coleta de dados ou hipóteses previamente testadas.

Os alunos observados do 3° ano têm 08 (oito) anos, os do 4° têm 09 (nove) anos e os do 5° têm 10 (dez) anos. Todos apresentam idades escolares adequadas para essa faixa etária. Identificamos os alunosdo 3° ano como: **ALUNO A** e **ALUNO B**, do 2° ano como: **ALUNO C** e **ALUNO D** e do 5° ano como: **ALUNO EALUNO F.**

Elencamos 10 categorias importantes para a nossa observação e optamos em apresentar as informações por meio de tabelas para facilitar a visualização.

Tabela III - 1: Pontualidade

	PONTUALIDADE
ALUNO A	Chega no horário certo à escola, mas nem sempre volta do recreio ou das atividades extraclasses junto com a turma.
ALUNO B	Chega no horário certo à escola e volta do recreio ou das atividades extraclasses junto com a turma.
ALUNO C	Chega no horário certo à escola, mas nem sempre volta do recreio ou das atividades extraclasses junto com a turma.
ALUNO D	Chega no horário certo à escola, mas nem sempre volta do recreio ou das atividades extraclasses junto com a turma.
ALUNO E	Chega à escola no horário certo e volta do recreio ou das atividades extraclasses junto com a turma.
ALUNO F	Chega à escola no horário certo e volta do recreio ou das atividades extraclasses junto com a turma.

Fonte: Dados da observação

Diante das informações da **Tabela 1**, podemos perceber que esses alunos, na sua maioria, costumam chegar no horário certo à escola e geralmente não ficam fora da sala de aula em horário inoportuno, voltam junto à turma para sala quando vem do recreio ou de alguma atividade extraclasse. Isso porque, dentro desta escola, há uma política de que o lugar do aluno é na sala de aula. Caso demore a voltar, o professor tem que procurá-lo e trazê-lo para sala. Os professores, por sua vez, não podem chegar atrasados e muito menos faltarem à escola, a não ser por motivos sérios.

Tabela III - 2: Participação

	PARTICIPAÇÃO
ALUNO A	Não participa da aula e nem das atividades propostas pela professora.
ALUNO B	Não participa da aula e nem das atividades propostas pela professora.
ALUNO C	Não participa da aula e nem das atividades propostas pela professora.
ALUNO D	Participa de algumas atividades propostas pela professora.
ALUNO E	Participa de algumas atividades propostas pela professora.
ALUNO F	Participa de algumas atividades propostas pela professora.

Fonte: Dados da observação

Já na **Tabela 2**, observamos que em geral esses alunos não participam efetivamente das aulas e muitos optam por brincar nesse momento, atrapalhando o andamento da sala e tirando a atenção dos colegas. Muitas vezes, a professora continua a aula e o aluno que não acompanha vai ficando fora do processo. Até porque a professora precisa trabalhar os conteúdos e seguir o planejamento coletivo feito mensalmente com as outras professoras da mesma série.

Tabela III - 3: Cumprimento das regras

	CUMPRIMENTO DAS REGRAS
ALUNO A	Não cumpre os combinados.
ALUNO B	Às vezes cumpre os combinados.
ALUNO C	Não cumpre os combinados.
ALUNO D	Às vezes cumpre os combinados.
ALUNO E	Às vezes cumpre os combinados.
ALUNO F	Às vezes cumpre os combinados.

Fonte: Dados da observação

Na **Tabela 3**, observamos que as regras para esses alunos ainda não ficaram claras, mesmo com o reforço diário do Diretor da escola. Este, durante a acolhida, dá as boas-vindas aos alunos no pátio, de maneira coletiva, ratificando essas regras. Além disso, os professores enfatizam, durante as aulas, a importância do cumprimento dos combinados e as consequências para aqueles que descumpram. Todavia, observamos que nas salas de aula, não havia cartazes fixados com essas regras, uma vez que a escola passou por reformas e os professores findaram sem colocá-las novamente.

Na **Tabela 4**, esses alunos adotam uma postura de desrespeito com os colegas e professores. Mantendo brincadeiras e atitudes inoportunas com todos dentro e fora da sala de aula. Atrapalha assim, o desenvolvimento das aulas prejudicando a aprendizagem dos colegas, principalmente a deles próprios.

Tabela III - 4: Respeito

	RESPEITO
ALUNO A	Geralmente desrespeita os colegas e os professores dentro e fora da sala de aula.
ALUNO B	Às vezes desrespeita os colegas e os professores dentro e fora da sala de aula.
ALUNO C	Às vezes desrespeita os colegas e os professores dentro e fora da sala de aula.
ALUNO D	Às vezes desrespeita os colegas e os professores dentro e fora da sala de aula.
ALUNO E	Às vezes desrespeita os colegas e os professores dentro e fora da sala de aula.
ALUNO F	Às vezes desrespeita os colegas e os professores dentro e fora da sala de aula.

Fonte: Dados da observação

Na **Tabela 5**, percebe-se que os alunos nem sempre estão motivados dentro da sala de aula, o que reflete na sua aprendizagem. Além disso, podemos observar que esses alunos findam deixando os colegas também desmotivados, já que constantemente os atrapalham.

Tabela III - 5: Motivação

	MOTIVAÇÃO
ALUNO A	Não demonstra motivação durante as aulas.
ALUNO B	Não demonstra motivação durante as aulas.
ALUNO C	Não demonstra motivação durante as aulas.
ALUNO D	Em alguns momentos demonstra motivação durante as aulas.
ALUNO E	Em alguns momentos demonstra motivação durante as aulas.
ALUNO F	Em alguns momentos demonstra motivação durante as aulas.

Fonte: Dados da observação

Tabela III - 6: Rendimento

	RENDIMENTO
ALUNO A	Não se observa uma evolução na aprendizagem, o aluno tem dificuldade na escrita e na leitura.
ALUNO B	Não se observa uma evolução na aprendizagem, o aluno tem dificuldade na escrita e na leitura.
ALUNO C	Não se observa uma evolução na aprendizagem, o aluno tem dificuldade na escrita e na leitura.
ALUNO D	Apesar das dificuldades apresentadas mostra certo avanço.
ALUNO E	Apesar das dificuldades apresentadas mostra certo avanço.
ALUNO F	Apesar das dificuldades apresentadas mostra certo avanço.

Fonte: Dados da observação

Na **Tabela 6**, observa-se que os alunos sentem dificuldade em acompanhar o ritmo da turma. Alguns ainda se encontram em um nível de aprendizagem muito abaixo para sua faixa etária, outros, mesmo lentamente, mostram certo avanço e se esforçam para fazer as atividades propostas pela professora.

Tabela III - 7: Interação

	INTERAÇÃO
ALUNO A	Não interage com os colegas e nem com a professora. Mostra-se agressivo em algumas situações, principalmente no recreio.
ALUNO B	Interage com alguns colegas e com a professora.
ALUNO C	Não interage com os colegas e nem com a professora. Mostra-se agressivo em algumas situações, principalmente no recreio.
ALUNO D	Interage com alguns colegas e com a professora.
ALUNO E	Interage com alguns colegas e com a professora.
ALUNO F	Interage com alguns colegas e com a professora.

Fonte: Dados da observação

Encontramos na **Tabela 7**, uma evolução no quesito interação, uma vez que muitos interagem tanto com os colegas, como também com a professora da sala. Vai depender muito do tipo da atividade proposta, do conteúdo trabalhado, da matéria estudada e do que brincam ou debatem os colegas. No entanto, há certa agressividade por parte de alguns no momento do recreio, com brincadeiras inoportunas e violentas.

Tabela III - 8: Relação professor- aluno

	RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO
ALUNO A	Conflituosa
ALUNO B	Pacífica
ALUNO C	Conflituosa
ALUNO D	Às vezes conflituosa
ALUNO E	Em algumas situações conflituosas, mas geralmente conseguem dialogar.
ALUNO F	Em algumas situações conflituosas, mas geralmente conseguem dialogar.

Fonte: Dados da observação

Na **Tabela 8**, podemos visualizar que a relação professor-aluno nem sempre é pacífica. Em muitos momentos esses alunos questionam a professora e querem impor a sua vontade. Às vezes, o professor precisa agir mais firme com esses alunos para que a aula possa ter continuidade.

Na **Tabela 9**, fica claro que os alunos ainda precisam ter mais responsabilidade quando se trata de levar para escola os materiais pedagógicos necessários para sua aprendizagem e também de fazer as atividades de casa e da própria escola que são passadas pela professora.

Tabela III - 9: Organização

	ORGANIZAÇÃO
ALUNO A	Não leva os materiais necessários e deixa as atividades de casa e de sala sem fazer.
ALUNO B	Não leva os materiais necessários e deixa as atividades de casa e de sala sem fazer.
ALUNO C	Não leva os materiais necessários e deixa as atividades de casa e de sala sem fazer.
ALUNO D	Costuma levar os materiais, porém não faz algumas atividades.
ALUNO E	Costuma levar os materiais, porém não faz algumas atividades.
ALUNO F	Costuma levar os materiais, porém não faz algumas atividades.

Fonte: Dados da observação

E por fim, na **Tabela 10**, esses alunos costumam desrespeitar professores e colegas de alguma maneira. Seja com conversas, brincadeiras inoportunas ou até mesmo com atitudes agressivas. Muitas vezes, falta o diálogo, seja entre colegas ou até mesmo entre a professora e o aluno.

Tabela III - 10: Atitude

	ATITUDE
ALUNO A	Apresenta atitudes agressivas com colegas e professores.
ALUNO B	Não tem atitudes agressivas com colegas e professores.
ALUNO C	Apresenta atitudes agressivas com colegas e professores.
ALUNO D	Apresenta atitudes agressivas com colegas e professores.
ALUNO E	Apresenta atitudes agressivas com colegas e professores.
ALUNO F	Apresenta atitudes agressivas com colegas e professores.

Fonte: Dados da observação

3.2. A Entrevista como Instrumento Metodológico em Pesquisa Qualitativa

De acordo com Minayo (2009), a entrevista busca a construção de informações relativas ao objeto da pesquisa, onde o pesquisador aborda temas igualmente relevantes para obtenção desse conhecimento.

Sendo assim, para as entrevistas foram selecionadas algumas perguntas relacionadas ao nosso problema que possam clarificar o nosso objeto de estudo, enriquecendo ainda mais a nossa pesquisa.

Toda a entrevista e transcrição foram realizadas pela pesquisadora e são, portanto, de responsabilidade da mesma. Evitando também que ocorressem distorções dos dados coletados e a descrição dos mesmos.

3.2.1. Entrevista Realizada Junto aos Alunos Observados da Escola Municipal José da Matta e Silva

Os alunos entrevistados foram os mesmos que fizemos as observações. Apesar de ter um roteiro, essa entrevista junto aos 06 (seis) alunos, adquiriu feições mais informais por se tratarem de crianças, de modo que fomos mais um mediador de uma conversa coletiva, do que propriamente um entrevistador.

De maneira descontraída fomos conversando sobre vários pontos importantes para o esclarecimento da nossa investigação, porém sem perder o foco. Desta forma, apuramos o seguinte:

Relação Professor-Aluno

Indagamos como era a relação deles com as professora em sala de aula e todos responderam que era “mais ou menos”, no sentido de que frequentemente ficavam de “castigo” e mantinham uma relação de medo. Relataram também que muitas vezes eram ignorados em sala, pois levantavam a mão ou chamavam a professora e ela fingia não vê-los.

Cumprimento das Regras e Combinados em Sala

Eles foram unânimes em dizer que cumprem às regras e combinados, até porque as professoras adotam um sistema de premiação. Os alunos que precisam ir ao reforço aos sábados são premiados com bombons pela sua frequência, aqueles alunos que tiram boas notas ganham prêmios, como também os que se comportam em sala. Há certo medo de serem punidos pela direção e também em casa. Porém relataram que ficam chateados pelo fato de que tudo de errado que acontece em sala e às vezes no recreio, ser atribuído a eles, mesmo sem serem os culpados pelo ocorrido. Isso graças à "fama" de mal comportados que já têm na escola e na sala, por isso as pessoas não acreditam mais neles.

Interação com a Turma

Perguntados como era a relação deles com os demais colegas de turma afirmaram que têm muitos amigos, mas alguns são "chatos" e "fofoqueiros" porque contam tudo para a professora. Alguns já se conhecem do mesmo bairro, da mesma rua e têm certa intimidade. De modo geral, disseram gostar dos colegas e costumam brincar durante o recreio também com as crianças das outras turmas, momento que mais gostam na escola.

Compromisso com as Atividades de Casa

Contraditoriamente afirmaram que fazem sempre a atividade de casa, mas acabaram relatando que a professora os deixa sem recreio por não apresentarem as atividades prontas ou por esquecerem algumas vezes em casa. Outra tática usada pelas professoras é deixá-los sem ir para a "Contação de Histórias". Trata-se de um momento semanal no pátio da escola para ouvir Histórias Infantis e que eles gostam muito.

Participação nas Aulas e Atividades Propostas

A participação nas aulas se torna um problema para eles porque a maioria acha as aulas chatas por terem que ficar escutando a professora falar, disseramque dá sono. Há certo desconforto em ficarem parados muito tempo, sentem necessidade de levantar e principalmente dá uma volta indo ao banheiro ou beber água fora da sala, o que nem sempre é permitido pelas professoras.

Relataram também ter vergonha de perguntar e nem sempre compreendem o que as professoras explicam. Além disso, quando vão perguntar às professoras, elas algumas vezes respondem com "ignorância". Para eles, as professoras acabam dando uma atenção

maior àqueles alunos que consideram “bonzinhos”, aos que elas mais gostam, e não dão muitas chances a eles. Todavia, em alguns momentos participam e fazem o que as professoras estão pedindo porque senão elas os deixam de castigo ou diminuemas suas notas.

Respeito aos Colegas e Professores

Em linhas gerais, os alunos afirmaram que é importante respeitar os colegas e os professores, mas acham que em alguns momentos eles não são respeitados, como por exemplo, quando as professoras falam mais alto com eles e nem permitem que eles se expliquem. Assumiram que em algumas ocasiões são agressivos por não gostarem de certas brincadeiras dos colegas e agem assim para se defenderem.

Cuidado com Objetos Pessoais e da Escola

Por mais curioso que pareça, os alunos têm uma alta estima elevada, pois em nenhum momento se dizem bagunceiros, desorganizados ou culpados por alguma coisa que não esteja indo bem. Dizem ter cuidado com seus materiais e muitas vezes não são eles que rasgam, riscam ou perdem, e sim, seus irmãos mais novos ou os colegas da escola.

Afirmam ter cuidado com a escola e não são a favor de quem destrói, riscando as paredes, as carteiras, as portas, dentre tantas outras coisas. Concordam que a pessoa causadora deveria reparar os danos, arcando com as consequências.

Rendimento Escolar – Notas

Suas notas não estão excelentes, mas também não estão tão ruins assim. Relataram que queriam tirar nota 10 (dez), mas não é fácil porque os professores fazem as provas muito difíceis e muitas coisas eles ainda não aprenderam. Alguns disseram não ter muito tempo para estudar por terem que ajudar aos pais em casa e por isso ficam cansados. Em geral, veem a escola de maneira positiva e acreditam que vai contribuir para que tenham um futuro melhor, mas reconhecem que precisam estudar mais.

3.2.2. Entrevista Realizada Junto aos Professores da Escola Municipal José da Matta e Silva

Com idades entre 35 e 45 anos, possuem mais de 15 anos de magistério e trabalham os dois turnos na mesma escola. São formadas em Pedagogia – Licenciatura e

dizem gostarem muito de lecionar, porém acham a profissão cansativa, mal remunerada e principalmente não tem o reconhecimento que deveria ter.

Suas salas de aula têm em média entre 25 a 30 alunos, todas têm ar condicionado, quadro branco com pincel e não mais giz, como também dispõe de carteiras confortáveis para todos os alunos.

Antes de iniciarmos as entrevistas, as professoras receberam um roteiro com as perguntas, a fim de que não ficassem com receio do que seria perguntado e também foram informadas de que os dados obtidos na entrevista seriam destinados exclusivamente para essa pesquisa. Além disso, seria preservado o anonimato, a confidencialidade e a privacidade de todos os participantes.

Para não citarmos os nomes das professoras, chamaremos a do 3° ano de P1, a do 4° ano de P2 e a do 5°ano de P3.

Assim, seguem as entrevistas realizadas:

Entrevista realizada com a professora do 3° ano – P1

1. A palavra INDISCIPLINA pode ter vários significados, a depender do contexto estudado. Para você o que é INDISCIPLINA?

P1 -*É a falta de comportamento do aluno, é o comportamento inadequado que ele tem. (sic)*

2. Aluno indisciplinado é aluno reprovado?

P1 - *Nem sempre é assim. Às vezes ele demonstra uma certa capacidade, ele se sai muito bem nas competências que a gente exige, mas ele tem esse fator de ser indisciplinado. Ele não tem esse controle, acho que depende muito da formação, do convívio, aí tudo dificulta. Tem aluno que é indisciplinado, mas que se sai muito bem na hora dos conteúdos, de desenvolver as atividades. (sic)*

3. A indisciplina pode ser decorrente de várias causas. Dentro da realidade desta escola, qual seria a principal?

P1 - *Eles retratam o que eles vivem em casa. Mesmo que o professor tenha pulso, um certo controle, todo aquele jogo de cintura para o controle. O meio que eles vivem querem de qualquer forma repassar. Porque tem aquele comportamento que é do meio. Outro que é da própria criança éinato. (sic)*

4. Há um trabalho efetivo com os alunos vistos como indisciplinados na escola?

P1 – *Não, é assim, durante as 4 horas de aula a gente conversa como devem se comportar. Existem todos os dias uma acolhida que aborda algumas coisas, até um fato que tenha ocorrido no dia anterior. Há um trabalho de prevenção, mas não existe um trabalho extrassala com esses alunos. (sic)*

5. Os pais têm ciência dos comportamentos indesejados de seus filhos? Há uma parceria entre a ESCOLA e a FAMÍLÍA?

P1 – *Tem muitos pais que entregam os filhos, dizem que não sabem mais o que fazer. Aí fica muito difícil para o professor porque ele pode ir até um certo limite. Fica difícil essa parceria porque às vezes a criança apronta em sala e quando chamamos os pais para dizer o que aconteceu, depois eles dizem que os pais não fizeram nada. Mas, tem pais que se preocupam, não deixam o filho esquecer o material didático. Eles recebem todo o material no início do ano e, no entanto os materiais já estão tudo estragado. (sic)*

6. De um modo geral que medidas a escola adota diante de atitudes indisciplinares graves de alunos reincidentes?

P1- *É assim, às vezes dá suspensão, mas em último caso. Porque para os governantes, para os gestores, o aluno tem que estar em sala de aula de qualquer forma, aprendendo ou não. Mas, geralmente há uma conversa por parte da coordenação com esses alunos. O Diretor não é a favor de ver aluno fora de sala. (sic)*

7. Para lecionar é preciso que haja organização, planejamento. Como você planeja suas aulas? Há uma preocupação com os alunos indisciplinados?

P1 – *Não, é assim, o planejamento é de uma forma geral, coletiva. Eu não envolvo no planejamento atividades extras para desenvolver com eles não porque tenho metas a cumprir, aí eu tenho que trabalhar em cima daquilo. Tem conteúdos a ser trabalhados. Eu não posso desenvolver atividades diferenciadas. Na hora de cobrar eu vou ser cobrada por igual. (sic)*

8. Diante de uma situação delicada com certo aluno, você costuma repensar sua prática pedagógica, ou atribui ao aluno toda a culpa?

P1 – *Sim repenso muito e não vou atribuir, de maneira alguma, a culpa só para ele. Mas, tenho consciência que dou o meu melhor, faço o que posso dentro das minhas possibilidades e do que sei fazer. Nem sempre consigo me controlar diante de determinadas situações porque muitas vezes o aluno desrespeita o professor. (sic)*

9. A construção coletiva de regras funciona para melhorar os comportamentos dos alunos ou tem que partir para medidas mais sérias?

P1 – *As regras ajudam muito. É tanto que todos os dias na hora que eles chegam, no momento da acolhida, o Diretor sempre lembra das regras. Então, não é apenas na sala que eles vêm, mas também fora dela e todos têm que cumprir e respeitar. (sic)*

10. Os alunos rotulados de indisciplinados são também alunos com dificuldade de aprendizagem?

P1 – *Nem todos, muitos são indisciplinados, mas são muito inteligentes e por isso terminam logo as atividades e ficam atrapalhando a aula. Mas, outros além de se comportarem mal ainda sentem muita dificuldade na hora das atividades e não fazem nada e também acabam atrapalhando a aula. (sic)*

Entrevista realizada com a professora do 4° ano – P2

1. A palavra INDISCIPLINA pode ter vários significados, a depender do contexto estudado. Para você o que é INDISCIPLINA?

P2 –*No nosso dia a dia a indisciplina que eu considero é desrespeitar o professor, ser contrário ao que a gente pede para os alunos fazerem em relação às atividades, não quererem dá conta dos deveres deles. A gente sofre muito com alunos que acham que só têm direitos e os deveres deixam a desejar. O problema da indisciplina tem muito a ver com isso. E também com os fatores externos, as coisas que eles sofrem em casa, os conflitos familiares, tudo desemboca na sala de aula e nós não estamos preparados para lidar com isso. Os problemas que eles têm lá, muitas vezes os problemas de violência doméstica e tudo mais, eu acho que os profissionais, os professores principalmente, não estão preparados para atuarem em todos esses aspectos (...). A gente não sabe que atitudes tomar. (sic)*

2. Aluno indisciplinado é aluno reprovado?

P2 – *Nem sempre. Tem uns que são indisciplinados, mas agente percebe que quando se concentram eles conseguem fazer a atividade. Mas demanda muita concentração, parece que para eles é bem mais difícil do que para aqueles que são comportados. Parece que eles têm mais dificuldade de parar e se concentrar só para aquela atividade. A agitação parece*

assim que é constante, às vezes não é nem porque não sabe é a agitação que não deixa e que atrapalha. (sic)

3. A indisciplina pode ser decorrente de várias causas. Dentro da realidade desta escola, qual seria a principal?

P2 – *Conflitos familiares porque a gente fica sabendo pelos colegas, ou a própria criança nos relata. As realidades de moradia, dependendo do bairro em que mora, o convívio com certas pessoas, como é que eu posso dizer (?)que não tem uma certa formação. Parece que interfere muito na questão escolar. Os pais não dão um acompanhamento como a gente necessita em relação às tarefas de casa, em conversar com o filho como se comportar em sala de aula, que tem que haver o respeito. O convívio com outras pessoas que não têm essa formação né. (sic)*

4. Há um trabalho efetivo com os alunos vistos como indisciplinados na escola?

P2 –*É assim: aqui na escola tem um projeto chamado "Luz do Saber" e aqueles alunos com dificuldade de aprendizagem participam desse projeto. Nem todos participam e nem todos os alunos indisciplinados têm dificuldade de aprendizagem, mas alguns mostram um atraso na aprendizagem e aí vão ter uma espécie de reforço, para conseguirem acompanhar a turma. Mas, assim, um trabalho no sentido de melhorarem o comportamento só alguns passam pela Psicopedagoga, não são todos que vão porque são muitos e ela sozinha não dá conta. (sic)*

5. Os pais têm ciência dos comportamentos indesejados de seus filhos? Há uma parceria entre a ESCOLA e a FAMÍLÍA?

P2 – *Tem, em alguns poucos casos. Com os mais trabalhosos o que faltam mesmo é a parceria com os pais. Os pais jogam a responsabilidade para gente, tirando a responsabilidade deles e depositando na escola. Os mais críticos mesmo, os pais não reconhecem e não procuram ajudar, pelo contrário, se chateiam.Acham que a gente está pegando no pé, que tem marcação com o aluno e tudo, por mais que a gente tente explicar acham que não é. Se eles ajudassem e tivessem essa compreensão, mas não, são opostos totalmente. (sic)*

6. De um modo geral que medidas a escola adota diante de atitudes indisciplinares graves de alunos reincidentes?

P2 – *Para as atividades de sala, procuro deixar em dupla, sempre junto a um aluno mais calmo. E um que tenha paciência de ensinar. Todo dia tenho esse cuidado. São estratégias minhas, do momento e que nem sempre dá certo. Às vezes chamo a coordenadora para ter uma conversa, em outras chamo os pais. Às vezes surte efeito e nem sempre sou calminha, de vez em quando me altero e em algumas situações grito mesmo, dou aquela lição de moral porque eles precisam. Precisam para eles se chocarem e verem que estão errados. A gente tenta ir com tranquilidade, não surtiu efeito, tem que dá esse grito necessário, ninguém é santo. Já a escola, ou melhor, a direção, não quer vê nenhum aluno fora da sala de aula. O diretor costuma primeiro conversar com o aluno, depois chama os pais e só numa terceira vez é que suspende o aluno. (sic)*

7. Para lecionar é preciso que haja organização, planejamento. Como você planeja suas aulas? Há uma preocupação com os alunos indisciplinados?

P2 –*Aí é assim, não é que eu planeje atividades específicas para ele. É que eu observo muito algumas coisas que eles mostram que gostam e procuro ir encaixando na próxima aula, para chamar a sua atenção. No campo pedagógico a gente faz de tudo, mas às vezes vai além do que podemos fazer. (sic)*

8. Diante de uma situação delicada com certo aluno, você costuma repensar sua prática pedagógica, ou atribui ao aluno toda a culpa?

P2 – *As estratégias que eu uso já dizem isso que eu não culpo só o aluno e tiro a minha parte de lado. Só em colocar com um colega que já sabe mais, que tem mais paciência para ensinar, eu acho que eu já estou tirando a culpa do aluno e tentando dá a minha ajuda também. E eu percebi que eles se identificam muito comigo. Embora, às vezes eu tenha que ser ríspida, para eles terem limite, mas eles gostam, gostam de estar dentro da sala, (...). Nem sempre eu posso atender o que eles querem aí eu uso a razão. Dá para eu atender, dá para negociar com ele, aívai na tranquilidade. Se não der eu imponho, é desse jeito, é assim que tem que ser e resolvo dessa forma. Mas eu não digo que é culpa dele ou que ele não sabe de nada. A responsabilidade de ensinar é minha. Se eu atribuir a culpa a ele, à família, onde fica a minha responsabilidade? (sic)*

9. A construção coletiva de regras funciona para melhorar os comportamentos dos alunos ou tem que partir para medidas mais sérias?

P2 – *Com a maioria da turma sim. No começo do ano a gente conversou, viu o que era importante, tanto para mim quanto para eles, né. Eles temem se eu disser que eles fizeram*

alguma coisa errada, hoje vão ficar sem recreio, aí eles já negociam. Mas, com esses alunos sempre tenho mais dificuldade. Mas não preciso tomar nenhuma medida mais séria não, nem tirar de sala. (sic)

10. Os alunos rotulados de indisciplinados são também alunos com dificuldade de aprendizagem?

P2 – Como já disse nem sempre o aluno indisciplinado tem dificuldade na aprendizagem. Muitas vezes, agem assim para chamar atenção. No entanto, se eles se concentrarem um pouquinho até conseguem fazer as atividades. A questão, muitas vezes, é ficar parado. (sic)

Entrevista realizada com a professora do 5° ano – P3

1. A palavra INDISCIPLINA pode ter vários significados, a depender do contexto estudado. Para você o que é INDISCIPLINA?

P3 – *Está relacionado a qualquer comportamento que não seja normal em sala de aula, ou seja, aquele comportamento que vai além né, além da conduta mesma correta do aluno e que pode atrapalhar com certeza o processo de ensino-aprendizagem. (sic)*

2. Aluno indisciplinado é aluno reprovado?

P3 – *Nesse caso, quando o aluno já vem com uma indisciplina, mas que ele já tem um conhecimento, não atrapalha. Não há essa relação. Não quer dizer que por ele ser indisciplinado, ele vá reprovar. Às vezes ele se torna indisciplinado até por conta da rapidez. (sic)*

3. A indisciplina pode ser decorrente de várias causas. Dentro da realidade desta escola, qual seria a principal?

P3 – *O próprio convívio familiar tem um peso muito grande. Principalmente quando a família do aluno que apresenta esse tipo de comportamento é ausente e ela não faz o acompanhamento junto com a escola. (sic)*

4. Há um trabalho efetivo com os alunos vistos como indisciplinados na escola?

P3 – *A própria escola já faz um trabalho coletivo desde a acolhida, com conversa, no dia a dia mesmo trabalha essa questão da indisciplina. O próprio recreio acompanhado,*

orientado, já trabalha a questão da indisciplina, por meio de atividades mais lúdica, como a contação de história. (sic)

5. Os pais têm ciência dos comportamentos indesejados de seus filhos? Há uma parceria entre a ESCOLA e a FAMÍLÍA?

P3 – *Têm, agora assim, as crianças que a gente percebe essa questão da indisciplina os pais não aceitam. Os pais sempre acham que é outro aluno que atrapalhae que influencia seu filho. Eles sabem que o filho é desse jeito, mas não concordam. (sic)*

6. De um modo geral que medidas a escola adota diante de atitudes indisciplinares graves de alunos reincidentes?

P3 – *De um modo geral a coordenação ou a direção chamam para conversar, às vezes não precisa nem chamar os pais. Para eles (coordenação e direção), o bom professor não é só aquele que ensina os conteúdos, mas aquele que no dia a dia já trabalha a questão da afetividade. Isso aí já contribui com essa indisciplina que a gente percebe que já não é tão grande! (sic)*

7. Para lecionar é preciso que haja organização, planejamento. Como você planeja suas aulas? Há uma preocupação com os alunos indisciplinados?

P3 – *Na hora do planejamento a gente já pensa que atividade pode contemplar àquele aluno que é rápido demais e acaba atrapalhando os outros. A gente também costuma colocá-lo como monitor, ou seja, ele vai ajudar o colega que não consegue avançar e ele já não fica parado em sala de aula. Ainda fazemos questão de fazer a premiação daqueles que se destacam, para eles se sentirem importantes.(sic)*

8. Diante de uma situação delicada com certo aluno, você costuma repensar sua prática pedagógica, ou atribui ao aluno toda a culpa?

P3 – *Na verdade numa situação dessa eu costumo muito analisar a vida familiar dele. Então, antes de tomar uma atitude eu vou procurar saber a origem, como é a família, por que ele está com essa conduta, até não só pela indisciplina, mas também quando tira nota baixa. Aí a gente leva para coordenação para juntos buscarmos uma solução. (sic)*

9. A construção coletiva de regras funciona para melhorar os comportamentos dos alunos ou tem que partir para medidas mais sérias?

P3 – *No início do ano a gente faz os combinados, todos os professores fazem. Estamos no dia a dia cobrando aquilo que eles se comprometeram no início do ano e aí eles mesmos*

têm consciência disso. Nunca precisei expulsar um aluno da sala. Quando é uma coisa mais séria, aí a gente manda para ter uma conversa com a coordenação ou direção. (sic)

10. Os alunos rotulados de indisciplinados são também alunos com dificuldade de aprendizagem?

P3 – *Cada caso é um caso, às vezes o aluno é indisciplinado porque também ele não aprende. Ele se torna indisciplinado por conta dele não acompanhar. (sic)*

3.2.3. Entrevista com Diretor, Coordenadora e Psicopedagoga.

A entrevista foi realizada simultaneamente com o Diretor, a Coordenadora Pedagógica e a Psicopedagoga, aproveitando-se de um momento em que todos estavam disponíveis. Assim, discorreram sobre várias questões, complementando e enriquecendo a nossa pesquisa.

O Conceito de Indisciplina

Concordam que "Disciplina" seria tudo que está dentro do regular, dos padrões estabelecidos pela sociedade e pela escola. Oque foge deste padrão seria "Indisciplina". Sendo assim, o aluno que não se encaixa ao que se convencionou chamar de normal é visto, muitas vezes, como "indisciplinado". Porém, em algumas situações o aluno acaba tendo certos tipos de comportamentos para mascarar a sua dificuldade de aprendizagem. Às vezes é mais fácil para o aluno passar pelo indisciplinado do que aquele aluno que não aprende. Ele disfarça com a indisciplina a sua dificuldade, é um refúgio. Outra questão é a ausência de limites, seja no âmbito familiar ou na escola.Depende muito da maneira como os pais conduzem essa questão em casa e também das estratégias adotadas pelo professor para fazer com que o aluno compreenda qual o seu limite.

Indisciplina X Reprovação

Em linhas gerais, acreditam que não há necessariamente essa relação. A indisciplina pode servir como um sinal de que o aluno não está indo bem na aprendizagem e que não está compreendendo o conteúdo. Falta o professor investigar se é realmente por conta da dificuldade que o aluno tem ou se é justamente o contrário, por serem rápidos demais. Terminam rápida a atividade e vão atrapalhar àqueles que são mais lentos. Sendo

assim, a indisciplina pode interferir, mas não determinar se o aluno indisciplinado é aluno reprovado.

Causas da Indisciplina

Segundo eles, os casos que têm na escola não são muitos. Todavia, os problemas de indisciplina que têm são oriundos de questões sociais, familiares, dificuldade de aprendizagem e muitas vezes, por falta de limites em casa. Neste último caso, é preciso que o professor saiba trabalhar bastante essas questões em sala de aula, pois finda o professor perdendo o controle da situação e sem colocar limites também.

Contribuição da Escola

Indagados como a escola contribui para que esses alunos “indisciplinados” possam ser inseridos no processo de ensino-aprendizagem relataram a dinâmica adotada pela escola para fazer esse acompanhamento através de projetos paralelos. Assim, os alunos receberiam uma atenção maior e poderiam se sentir mais engajados em suas turmas.

Dentro da sala de aula, primeiro tem que haver um entendimento entre o professor e o aluno. Depois, quando não há um resultado, o professor comunica a coordenação ou a direção que chamam o aluno para uma conversa. Só em último caso é que os pais são convocados a vir à escola, para juntos, buscarem uma solução para aquela situação.

A Relação Escola/Família

Foram unânimes em afirmar que a escola e família mantêm contato. Principalmente porque há na escola o “Projeto Fone”, em que há uma funcionária encarregada de ligar todos os dias para as casas dos alunos que faltaram à aula. Mas, há casos de indisciplina em que esse projeto dá suporte, pois a família já os auxilia por telefone mesmo. Portanto, a escola cobra dos pais e estes por sua vez procuram manter a escola sempre informada sobre o porquê da ausência do aluno. Além de que os pais estão sempre em contato sobre o comportamento, aprendizagem, seja por telefone ou pela presença diária ao levar e pegar diariamente à escola. Quando ocorre uma situação mais grave e a escola não consegue falar com os pais, busca outras maneiras, sejapor meio de recados na agenda, através do colega e até mesmo, sendo necessário, vão até a casa do aluno.

Preocupação com Alunos Indisciplinados

Desde a acolhida na escola quando as crianças chegam há uma preocupação com elas. Diariamente as regras são reforçadas, a fim de que percebam a importância de serem cumpridas. Os professores estão sempre conversando em sala de aula com os alunos sobre valores. Além disso, a dinâmica do recreio é voltada para evitar brigas e confusões, com diversas brincadeiras infantis, mesas com jogos didáticos, vídeos educativos, dentre outros artifícios que ajudam a tornar esse momento prazeroso.

Repensando a Gestão Escolar

Afirmaram que procuram sempre ouvir o que a criança tem a dizer, escutando também a versão do professor e quando é uma vivência extraclasse há uma análise de toda a situação para não serem injustos com nenhuma das partes.

Enquanto gestores é função deles fazer com que o professor reflita sobre a sua prática em sala de aula, o que está levando a criança a agir assim na sala. Muitas vezes, é mais fácil para o professor atribuir a culpa à família e dizer que o aluno já veio assim de casa. Porém, a função do professor é mudar, ele tem que fazer alguma diferença na vida do aluno contribuindo para o seu crescimento.

Procuram saber como o professor conduziua situação, como foi a conversa. Porque às vezes o professor prolonga, usando termos que não deveriam ser usados naquele momento e findam agravando ainda mais o problema.

Regras

Disseram que pedagogicamente e psicologicamente as regras de convivência são fortalecidas aos poucos, mas elas não acontecem no automatismo, tem que ser relembrada diariamente. Todos os dias têm um momento coletivo no início da aula, na acolhida das crianças que chegam à escola. Neste momento também se trabalha algum episódio do dia anterior, alguma notícia vista na televisão ou internet e até mesmo algum fato inusitado do dia. A fim de que as crianças percebam o que está acontecendo ao seu redor, no mundo e que serve de exemplo para todos. Inclusive, elas que são crianças, podem fazer a diferença em um futuro próximo.

CAPÍTULO IV
RESULTADO E CONCLUSÕES

> "A disciplina não é algo universal, não vale para todas as ocasiões; ao contrário, tem um caráter situacional, uma vez que depende da realidade concreta em que se constrói. As pessoas são as mesmas, mas agem de formas diferentes em diferentes ambientes ou contextos (...)" (Vasconcellos, 2009, p.135).

4.1. Análise e Discussão dos Resultados

De acordo com Gomes (2009), essa é uma etapa final da pesquisa que busca finalizar o trabalho apoiando-se em todo material coletado, relacionando aos propósitos da pesquisa, como também a sua fundamentação teórica. Todavia, a análise e a interpretação se dão durante toda a investigação. Muitas vezes, na pesquisa qualitativa, nessa etapa final, constatamos que é preciso voltar às partes das fases anteriores. Portanto, "não há fronteiras nítidas entre coleta das informações, início do processo de análise e a interpretação" (Minayo et. al., 2009,p.81).

A pesquisa em Educação não pode ficar restrita apenas ao que se passa no interior da escola e sim traçar um paralelo do que ocorre dentro e fora do ambiente escolar. Uma vez que a escola faz parte de uma sociedade que está sempre em mutação, a cada geração surgem novas necessidades e expectativas.Para Freire "A indisciplina é motivo de preocupação para a sociedade em geral e para os educadoresem particular por razões que se alargam a outras manifestações não tão gravosas sob oponto de vista ético e social" (Freire, 2009, p.02).

Assim, Spindola e Santos colocam que: "A pesquisa qualitativa preocupa-se com os indivíduos e seus ambientes em suas complexidades, não havendo limites ou controle impostos pelo pesquisador" (Spindola & Santos, 2003, p.120). Acrescentam que a pesquisa qualitativa está voltada a uma realidade que não pode ser quantificada, esclarecendo questões muito particulares.

Essa pesquisa adota uma abordagem qualitativa por se tratar de uma investigação relacionada aos problemas educacionais. Esse método conduz o investigador a interpretar os fenômenos e por isso tem sido considerado muito bom em pesquisas realizadas na área de Educação. Procuramos assim, problematizar as razões que levam à indisciplina dos alunos, analisando se os mesmos estão inseridos no contexto de ensino-aprendizagem.

O procedimento adotado para a análise dos dados foi o *"Método deInterpretação dos Sentidos*", buscando-se apreender o contexto, as razões e as lógicas das falas dos sujeitos, como também procurando compreender e contextualizar os sentidos subjacentes à fala. Embasando-nos em Minayo (2009) e em Gomes (2009).

Portanto, a partir das observações e da fala dos alunos apresentadas no capítulo III, podemos concluir o seguinte:

Os alunos observados costumam não faltar à escola e chegamno horário certo. Entretanto, a maioria, não tem o compromisso de levar diariamente os materiais didáticos e os livros que serão utilizados na escola, e quando os levam, apresentam sem fazer as atividades.Geralmente, não ficam fora da sala de aula em horário inoportuno. Voltam junto à

turma quando vêm do recreio ou de alguma atividade extraclasse. Caso demorem a voltar, o professor tem que procurá-lo e trazê-lo para sala de aula. Isso porque, dentro desta escola, há uma política de que o lugar do aluno é na sala de aula.

Poucos são aqueles que estão atentos ao que a professora fala e também que procuram participar da aula. Muitas vezes, estes alunos ficam brincando durante a explicação, conseguindo desviar a atenção dos colegas. Quando foram entrevistados, admitiram não gostar da aula e demonstraram ter pouca simpatia à professora da sala. Disseram também, que além de ser chata, sua metodologia é monótona. Reclamam que tudo que acontece de errado tanto em sala, como na escola, é atribuído a eles e os colegas acabam contando tudo o que eles aprontam para os professores e direção.

De acordo com Vasconcellos (2009) o grande problema é a crise do sentido do estudo. Na escola, a mais complicada é justamente a ausência de sentido ao estudo por parte do aluno. Estes não compreendem a importância do estudar.

Os professores por sua vez, tambémcumprem com rigor o horário e não costumam faltar à escola, a não ser por motivos sérios. A Direção cobra pontualidade e o compromisso diário deles com a escola.

Em relação às regras para os alunos, ainda não ficaram muito claras para os mesmos, mesmo com o reforço diário do Diretor da escola. Este toda manhã recebe os alunos no pátio, de maneira coletiva, ratificando essas regras. No entanto, não há nas salas de aula cartazes fixados na parede para que os alunos possam observar diariamente esses combinados. As professoras apenas relembram algumas delas durante as aulas.

A grande questão é que a escola dos dias atuais passa por uma crise profunda, seja em relação à maneira como se trabalhar os conteúdos, a cobrança da sociedade ou até mesmo a postura do professor em sala. A formação dos professores não contempla competências teóricas ou práticas específicas para a vivência de situações de indisciplina. Assim, muitos professores não sabem como agir em determinadas situações e findam atribuindo ao aluno ou à família uma culpa que muitas vezes não lhes pertence.

> “Mais uma vez, não é algo estranho e contraditório para os profissionais da área educacional explicar o sucesso escolar como produto da ação pedagógica, e o fracasso escolar como produto de outras instâncias que não a escola e a sala de aula” (Aquino, 1998, p.03).

Para Aquino (1998), indisciplina e baixo aproveitamento dos alunos representam dois dos grandes males da escola contemporânea, geradores do fracasso escolar e os principais obstáculos para o trabalho docente.

Diante das observações, podemos relatar que esses alunos não apresentam rendimento satisfatório, alguns não conseguem nem ler direito e estão no 5° ano do Ensino Fundamental. Além disso, serão aprovadosporque o Sistema Municipal de Ensino da Cidade não permite que o aluno seja reprovado. Mesmo sem os pré-requisitos necessários para avançar para a série seguinte, o aluno tem sua aprovação garantida.

Em relação à interação destes alunos com o restante da turma e com a professora nem sempre acontece e muito menos de forma pacífica. Em determinadas situações, percebemos que a professora perdia o controle e findava falando alto com o aluno. Já em outros momentos presenciamos atitudes agressivas dos alunos tanto com a professora, como também com os colegas. Segundo Vasconcellos: "No processo educativo, o professor busca junto aos alunos a legitimação da autoridade a partir do diálogo e da firmeza de proposta" (Vasconcellos, 2009, p.122).

Na entrevista realizada com os professores dos respectivos alunos procuramos abordar as seguintes categorias para elucidar alguns pontos da pesquisa: indisciplina, reprovação, causas, alunos indisciplinados, família, atitudes, planejamento, prática pedagógica, regras e dificuldade de aprendizagem.

1- Indisciplina

A indisciplina foi concebida como a falta de comportamento do aluno ou o comportamento inadequado deste. Para as professoras a indisciplina estava relacionada principalmente ao comportamento dos alunos:

"*É a falta de comportamento do aluno, é o comportamento inadequado que ele tem" (P1). (sic)*

Em algumas circunstâncias a indisciplina foi entendida como falta de respeito dos alunos com os professores:

"No nosso dia a dia a indisciplina que eu considero é desrespeitar o professor, ser contrário ao que a gente pede para os alunos fazerem em relação às atividades, não quererem dá conta dos deveres deles (...)" (P2). (sic)

Por sua vez, a indisciplina foi entendida ainda como uma anormalidade:

"Está relacionado a qualquer comportamento que não seja normal em sala de aula, ou seja, aquele comportamento que vai além né, além da conduta mesma correta do aluno e que pode atrapalhar com certeza o processo de ensino-aprendizagem"(P3). (sic)

As respostas das três professoras apontam a indisciplina como sendo uma atitude contrária do aluno às suas determinações, seria ainda uma maneira de desrespeitá-lo, fugindo aos padrões de normalidade que se espera do comportamento de um aluno.

2- Reprovação

As entrevistadas acreditam que não há essa relação indisciplinados-reprovados:

"Nem sempre é assim. Às vezes ele demonstra uma certa capacidade, ele se sai muito bem nas competências que a gente exige, mas ele tem esse fator de ser indisciplinado. Ele não tem esse controle, acho que depende muito da formação, do convívio, aí tudo dificulta. Tem aluno que é indisciplinado, mas que se sai muito bem na hora dos conteúdos, de desenvolver as atividades" (P1). (sic)

Diferentemente do que muitos acreditam, as professoras afirmaram que tem alunos que são indisciplinados porque terminam às atividades propostas mais rápido que os outros e acabam atrapalhando aos demais:

"Nesse caso, quando o aluno já vem com uma indisciplina, mas que ele já tem um conhecimento, não atrapalha. Não há essa relação. Não quer dizer que por ele ser indisciplinado, ele vá reprovar. Às vezes ele se torna indisciplinado até por conta da rapidez" (P3). (sic)

Além disso, a falta de concentração dos alunos indisciplinados atrapalha na execução das atividades, não porque não saibam fazer, mas sim, por causa da agitação eles têm mais dificuldade:

"Nem sempre. Tem uns que são indisciplinados, mas agente percebe que quando se concentram eles conseguem fazer a atividade. Mas demanda muita concentração, parece que para eles é bem mais difícil do que para aqueles que são comportados. Parece que eles têm mais dificuldade de parar e se concentrar só para aquela atividade. A agitação parece assim que é constante, às vezes não é nem porque não sabe é a agitação que não deixa e que atrapalha" (P2). (sic)

3- Causas da Indisciplina

Identificaram-se várias causas para a indisciplina dos alunos, entretanto a questão familiar se destaca como sendo uma dos principais motivos para a manifestação da indisciplina, há um consenso na fala das três professoras sobre esse aspecto:

"Eles retratam o que eles vivem em casa. Mesmo que o professor tenha pulso, um certo controle, todo aquele jogo de cintura para o controle. O meio que eles vivem querem de

qualquer forma repassar. Porque tem aquele comportamento que é do meio. Outro que é da própria criança é inato" (P1). (sic)

"Conflitos familiares porque a gente fica sabendo pelos colegas, ou a própria criança nos relata. As realidades de moradia, dependendo do bairro em que mora, o convívio com certas pessoas, como é que eu posso dizer (?) que não tem uma certa formação. Parece que interfere muito na questão escolar. Os pais não dão um acompanhamento como a gente necessita em relação às tarefas de casa, em conversar com o filho como se comportar em sala de aula, que tem que haver o respeito. O convívio com outras pessoas que não têm essa formação né" (P2). (sic)

"O próprio convívio familiar tem um peso muito grande. Principalmente quando a família do aluno que apresenta esse tipo de comportamento é ausente e ela não faz o acompanhamento junto com a escola" (P3). (sic)

Sendo assim, na concepção dos professores entrevistados, dentre outras causas, o comportamento indisciplinado do alunoestá relacionado às questões familiares, seja por influência do convívio diário, pela falta de acompanhamento dos pais em relação às atividades dos filhos ou até mesmo pela falta de diálogo destes com os filhos.

4- Alunos Indisciplinados

Segundo os professores entrevistados não há um trabalho efetivo com os alunos indisciplinados. A própria gestão escolar e os professores em sala vêm trabalhando para evitar que os alunos adotem certos tipos de comportamentos:

"Não, é assim, durante as 4 horas de aula a gente conversa como devem se comportar. Existem todos os dias uma acolhida que aborda algumas coisas, até um fato que tenha ocorrido no dia anterior. Há um trabalho de prevenção, mas não existe um trabalho extrassala com esses alunos" (P1). (sic)

"A própria escola já faz um trabalho coletivo desde a acolhida, com conversa, no dia a dia mesmo trabalha essa questão da indisciplina. O próprio recreio acompanhado, orientado, já trabalha a questão da indisciplina, por meio de atividades mais lúdica, como a contação de história" (P3). (sic)

Há um projeto na escola chamado "Luz do Saber" que atende a criança com atraso na aprendizagem e também requer a presença de uma Psicopedagoga para acompanhar os casos mais preocupantes:

"É assim: aqui na escola tem um projeto chamado "Luz do Saber" e aqueles alunos com dificuldade de aprendizagem participam desse projeto. Nem todos participam e nem todos os alunos indisciplinados têm dificuldade de aprendizagem, mas alguns mostram um atraso na aprendizagem e aí vão ter uma espécie de reforço, para conseguirem acompanhar a turma. Mas, assim, um trabalho no sentido de melhorarem o comportamento só alguns passam pela Psicopedagoga, não são todos que vão, poissão muitos e ela sozinhos não dá conta" (P2). (sic)

A grande questão é que nem todos são contemplados. Sendo assim, esses alunos que além de indisciplinados, têm também dificuldade de aprendizagem, ficam à margem do processo de ensino-aprendizagem, pois não há um trabalho efetivo com ele.

5- Família

De certa forma, a família não está totalmente ausente, mas muitos pais não admitem que haja um problema com seu filho e ao invés de assumirem sua responsabilidade, transferem para escola:

"Tem, em alguns poucos casos. Com os mais trabalhosos o que faltam mesmo é a parceria com os pais. Os pais jogam a responsabilidade para gente, tirando a responsabilidade deles e depositando na escola (...)" (P2). (sic)

"Tem muitos pais que entregam os filhos, dizem que não sabem mais o que fazer. Aí fica muito difícil para o professor porque ele pode ir até um certo limite (...)" (P1). (sic)

"Têm, agora assim, as crianças que a gente percebe essa questão da indisciplina os pais não aceitam. Os pais sempre acham que é outro aluno que atrapalha e que influencia seu filho. Eles sabem que o filho é desse jeito, mas não concordam" (P3). (sic)

Apesar de ter havido um consenso em relação à presença da família na escola, relatam que não há uma parceria escola-família de fato. Principalmente porque nos casos mais críticos os pais não admitem que exista um problema com o filho.

6- Medidas Adotadas

As professoras entrevistadas deixam claro que para Gestão da escola nenhum aluno pode ficar fora da sala de aula. Mesmo que ele não esteja acompanhando, interagindo ou participando o professor tem que mantê-lo em sala:

"É assim, às vezes dá suspensão, mas em último caso. Porque para os governantes, para os gestores, o aluno tem que estar em sala de aula de qualquer forma, aprendendo ou não.

Mas, geralmente há uma conversa por parte da coordenação com esses alunos. O Diretor não é a favor de ver aluno fora de sala" (P1). (sic)

"Para as atividades de sala, procuro deixar em dupla, sempre junto a um aluno mais calmo. E um que tenha paciência de ensinar. Todo dia tenho esse cuidado. São estratégias minhas, do momento e que nem sempre dá certo. Às vezes chamo a coordenadora para ter uma conversa, em outras chamo os pais(...)" (P2). (sic)

"De um modo geral a coordenação ou a direção chamam para conversar, às vezes não precisa nem chamar os pais. Para eles (coordenação e direção), o bom professor não é só aquele que ensina os conteúdos, mas aquele que no dia a dia já trabalha a questão da afetividade. Isso aí já contribui com essa indisciplina que a gente percebe que já não é tão grande!" (P3). (sic)

Quando o aluno está sempre apresentando um comportamento indisciplinado, só depois que a coordenação ou a direção intervém sem resultados é que os pais são chamados na escola. De modo que o aluno só será suspenso se depois de muita conversa não obtiver resultado.

7- Planejamento

Vai depender da sensibilidade de cada professor, sua preocupação com o aluno que tem mais dificuldade, com aquele que não se interessa em fazer o que o professor propõe, ou seja, aquele aluno considerado indisciplinado:

"Não, é assim, o planejamento é de uma forma geral, coletiva. Eu não envolvo no planejamento atividades extras para desenvolver com eles não porque tenho metas a cumprir, aí eu tenho que trabalhar em cima daquilo. Tem conteúdos a ser trabalhados. Eu não posso desenvolver atividades diferenciadas. Na hora de cobrar eu vou ser cobrada por igual" (P1). (sic)

"Aí é assim, não é que eu planeje atividades específicas para ele. É que eu observo muito algumas coisas que eles mostram que gostam e procuro ir encaixando na próxima aula, para chamar a sua atenção. No campo pedagógico a gente faz de tudo, mas às vezes vai além do que podemos fazer" (P2). (sic)

"Na hora do planejamento a gente já pensa que atividade pode contemplar àquele aluno que é rápido demais e acaba atrapalhando os outros. A gente também costuma colocá-lo como monitor, ou seja, ele vai ajudar o colega que não consegue avançar e ele já não fica parado

em sala de aula. Ainda fazemos questão de fazer a premiação daqueles que se destacam, para eles se sentirem importantes" (P3). (sic)

A grande questão é que o professor tem metas a cumprir, conteúdos para serem trabalhados e ele muitas vezes, continua o assunto, mesmo que o aluno não tenha compreendido direito ou simplesmente brincava durante a aula.

8- Prática Pedagógica

Foram unânimes em dizer que não atribuem ao aluno à culpa pelo que acontece. De um modo geral, procuram repensar sua prática e tomam certas medidas para que possam contribuir para melhorar:

"Sim repenso muito e não vou atribuir, de maneira alguma, a culpa só para ele. Mas, tenho consciência que dou o meu melhor, faço o que posso dentro das minhas possibilidades e do que sei fazer. Nem sempre consigo me controlar diante de determinadas situações porque muitas vezes o aluno desrespeita o professor" (P1). (sic)

"As estratégias que eu uso já dizem isso que eu não culpo só o aluno e tiro a minha parte de lado. Só em colocar com um colega que já sabe mais, que tem mais paciência para ensinar, eu acho que eu já estou tirando a culpa do aluno e tentando dá a minha ajuda também" (P2). (sic)

"Na verdade numa situação dessa eu costumo muito analisar a vida familiar dele. Então, antes de tomar uma atitude eu vou procurar saber a origem, como é a família, por que ele está com essa conduta, até não só pela indisciplina, mas também quando tira nota baixa. Aí a gente leva para coordenação para juntos buscarmos uma solução" (P3). (sic)

Muitas vezes o professor acredita que está fazendo o melhor que pode e atribui a indisciplina do aluno à história de vida e não a metodologia que adota ou a sua postura em sala, eximindo-se de qualquer responsabilidade. Nem todos os professores passam por cursos de capacitação e alguns, mesmo que participem, findam sem colocar na prática pedagógica a teoria assimilada, acabam se acomodando.

9- Regras

Muitas vezes o que acontece é a imposição de normas ao aluno e não a construção de regras. Então o aluno não vê sentido algum em segui-las:

"As regras ajudam muito. É tanto que todos os dias na hora que eles chegam, no momento da acolhida, o Diretor sempre lembra das regras. Então, não é apenas na sala que eles vêm, mas também fora dela e todos têm que cumprir e respeitar" (P1). (sic)

"Com a maioria da turma sim. No começo do ano a gente conversou, viu o que era importante, tanto para mim quanto para eles, né. Eles temem se eu disser que eles fizeram alguma coisa errada, hoje vão ficar sem recreio, aí eles já negociam. Mas, com esses alunos sempre tenho mais dificuldade. Mas não preciso tomar nenhuma medida mais séria não, nem tirar de sala"(P2). (sic)

"No início do ano a gente faz os combinados, todos os professores fazem. Estamos no dia a dia cobrando aquilo que eles se comprometeram no início do ano e aí eles mesmos têm consciência disso. Nunca precisei expulsar um aluno da sala. Quando é uma coisa mais séria, aí a gente manda para ter uma conversa com a coordenação ou direção" (P3). (sic)

Respeito é diferente de medo. Geralmente a criança cumpre as regras por medo do que possa acontecer com ela, mesmo que ela não acheimportante, o receio da professora reclamar e colocá-la de castigo, é maior. Apesar do Diretor todo dia está reforçando sobre as regras de convivência, antes, é preciso que em sala, a professora construa as regras coletivamente com os alunos. As regras não podem ser impostas, tem que serem construídas por todos e aceitas para ter sentido.

10- Dificuldade de aprendizagem

Nem sempre o aluno indisciplinado tem dificuldade de aprendizagem:

"Nem todos, muitos são indisciplinados, mas são muito inteligentes e por isso terminam logo as atividades e ficam atrapalhando a aula. Mas, outros além de se comportarem mal ainda sentem muita dificuldade na hora das atividades e não fazem nada e também acabam atrapalhando a aula" (P1). (sic)

"Como já disse nem sempre o aluno indisciplinado tem dificuldade na aprendizagem. Muitas vezes, agem assim para chamar atenção. No entanto, se eles se concentrarem um pouquinho até conseguem fazer as atividades. A questão, muitas vezes, é ficar parado" (P2). (sic)

"Cada caso é um caso, às vezes o aluno é indisciplinado porque também ele não aprende. Ele se torna indisciplinado por conta dele não acompanhar" (P3). (sic)

Diante desses relatos está uma questão importante: o aluno indisciplinado sempre quer a atenção voltada para ele. Muitas questões estão imbuídas nessa maneira de se comportar. No entanto, a maioria não é compreendida perdendo assim, o interesse nos estudos. Mesmo aqueles alunos indisciplinados que não têm dificuldade de aprendizagem, e sim, de comportamento, perdem o estímulo em meio a tantas confusões em que se envolvem.

O grande problema é que esses alunos, por não apresentarem bom comportamento, vão ficando a parte das atividades pedagógicas propostas, dos trabalhos em grupo, das vivências fora da escola, dos passeios, dentre tantas outras coisas. Assim, findam sendo exclusos do processo de ensino-aprendizagem uma vez que são afastados de muitos momentos importantes para sua aprendizagem e interação.

Enfim, seja pelo seu mau comportamento, por não compreender a explicação da professora, por problemas arraigados em sua história de vida, pelas brincadeiras diárias desses alunos durante as aulas, essa problemática da indisciplina interfere diretamente no processo de aprendizagem do aluno e também na rotina da sala de aula.

No capítulo III também foi relatada a entrevista coletiva feita à Direção desta escola, uma Coordenadora e a Psicopedagoga. Vários temas foram abordados: o conceito de indisciplina, indisciplina x reprovação, causas da indisciplina, a contribuição da escola, a relação escola x família, preocupação com os alunos indisciplinados, repensando a gestão escolar e regras.

4.2. Conclusões

A partir de todas as questões abordadas durante a entrevista, a problemática da indisciplina pôde ser debatida sobre vários aspectos. A fim de escutar também aqueles que acompanham esses alunos fora da sala de aula.

Para eles, a indisciplina está relacionada ao comportamento que não se encaixa aos padrões de normalidade estabelecidos pela sociedade. Sendo assim, no ambiente escolar, o aluno que adota certos tipos de comportamentos seria considerado indisciplinado. Às vezes, o aluno quer chamar a atenção para alguma coisa que não vai bem.

Para Eccheli (2008) a indisciplina presente nas salas de aula pode estar sinalizando a falta de motivação dos alunos diante dos conteúdos, metodologias e até mesmo na relação com o professor.

De acordo com as professoras, Diretor Geral, Coordenação e Psicopedagoga,as causas da indisciplina são oriundas de questões sociais, familiares, dificuldade de aprendizagem e também falta de limites em casa ou até mesmo na sala de aula.

Afirmaram que quando ocorre alguma confusão ou desentendimento, eles procuram ouvir as crianças, mesmo quando se trata de alguma questão em sala com o professor. Todos os envolvidos são ouvidos para que possam esclarecer o ocorrido, uma vez que muitas coisas acontecem dentro da sala de aula e precisam averiguar o que de fato aconteceu. Relataram que nos impasses com o professor é importante fazer com que este reflita sobre sua prática, pois sua função é fazer a diferença na vida do aluno, contribuindo de alguma forma para que haja uma melhora.

> "Aliás, sendo o processo educativo, uma actividade social por excelência, uma peça quotidianamente ensaiada na rede de relações da Escola,inimaginável nos é hoje a possibilidade de compreender e explicar esse processo à margem doestudo e compreensão das relações que entre siestabelecem os principais actores em presença:professores e alunos" (Carita, 1999, p.80).

Tanto a Psicopedagoga, como Direção e Coordenação, buscam juntas desenvolverem projetos paralelos aos conteúdos trabalhados pelos professores em sala de aula para amenizar a problemática da Indisciplina dentro da escola. Um projeto citado foi o "Projeto Fone" que mantém a escola sempre em contato com os pais. Além disso, há o momento diário no pátio com o Diretor, em que sempre se recebe os alunos com músicas, orações, conversas diárias sobre as regras.

O recreio acontece de forma dirigida, sob a observação dos professores que fazem um rodízio. Assim, são disponibilizados vários tipos de jogos que são colocados em diversas mesas para os alunos brincarem, como também cordas, bolas e vídeos infantis para aquelas crianças que preferem uma atividade mais calma.

Disseram que, desde os primeiros dias de aula, no momento da acolhida e também na própria sala de aula, trabalham os valores e as regras. Na acolhida, que é o momento em que as crianças chegam, o Diretor coletivamente reforça essas questões e em sala, os professores também enfatizam. Acreditam que as regras não são assimiladas no automatismo, têm que ser fortalecidas diariamente. Durante o recreio tem sido feito um trabalho nesse sentido, com atividades lúdicas orientadas por professores, minimizando assim, alguns problemas que vinham ocorrendo durante esse momento.

Estrela (1992) enfatiza a importância de um sistema normativo coerente e consistente: "a importância do sistema normativo / disciplinar nos primeiros dias de aulas e a normatividadee valores" (Estrela, 1992, p. 123). Sendo assim, as regras não podem ser impostas aos alunos e sim têm que ser construídas coletivamente para manter um bom clima disciplina e relacional.

Contraditoriamente, observamos que as regras não estavam fixadas em lugar algum, seja na sala ou na área comum dentro da escola. Segundo informações obtidas, por causa da reforma que teve nas férias, as regras foram retiradas das paredes das salas e ainda não recolocaram. Mesmo que já tenham 03 (três) meses que retornaram às aulas e as obras já tenham sido concluídas.

Foram unânimes em afirmar que não há uma relação da indisciplina com a reprovação. Sendo que a indisciplina pode sim interferir no processo de ensino-aprendizagem, mas não reprovar.

Entretanto, o Sistema de Educação desta cidade não permite deter o aluno na mesma série, apostando que o trabalho que vem sendo realizado pelos professores e gestores das escolas municipais desta cidade, tem garantido a aprendizagem dos alunos. Todavia, diante das diversidades da nossa sociedade, não se pode ter 100% (cem por cento) de aprovação. Aprovar o aluno "automaticamente" não garante que ele realmente esteja inserido no processo de ensino-aprendizagem, mesmo com reforços e projetos que contemplem alunos com dificuldades de aprendizagem.

Estar na sala de aula é diferente de estar inserido no processo de ensino e de aprendizagem. Muitas vezes, mantêm-se o aluno indisciplinado na sala de aula por uma questão ética, porém quase nada é feito para que haja uma mudança significativa em sua vida. Em meio a esta afirmação, não se pode deixar de ratificar a indisciplina escolar como um entrave para que a inclusão, dentro da escola, ultrapasse o discurso dos bem intencionados projetos e programas.

Nos casos de indisciplina desta escola que escolhemos para nossa pesquisa, percebemos que os professores se sentem incomodados com a postura dos alunos indisciplinados em sala de aula. Além disso, observamos a dificuldade que tem em realizar atividades diferenciadas para estes, de modo que consigam realmente inseri-los no processo de ensino-aprendizagem.

Diante do que podemos observar e também das informações obtidas através das entrevistas, constatamos que a indisciplina torna-se um obstáculo para a inclusão dos alunos vistos como indisciplinados e interfere no processo de ensino aprendizagem do aluno. Esses alunos são vistos de maneira diferenciada dentro da instituição, acabam tendo outro tratamento por todos dentro da escola, além de serem ignorados em alguns momentos por professores e colegas de turma por conta das suas atitudes. Chegam a ficar fora da sala de aula por determinados período de tempo, para conversas com direção e coordenação, em resoluções de conflitos. Deixando assim, de assistirem às aulas e participarem de atividades importantes para a sua aprendizagem.

Ao longo desta pesquisa, foi possível perceber através de leituras e da pesquisa de campo realizada, que a realidade da educação brasileira está longe de ser inclusiva, apesar dos avanços observados. Muitos são os debates sobre o tema em estudo, mas a escola ainda não conseguiu sanar uma série de questões arraigadas ao longo da sua trajetória e precisa atender à diversidade do seu público.

Durante este estudo, podemos refletir sobre a problemática em questão, embasando-nos em diversos autores e complementando com os resultados obtidos no trabalho de campo.

Para alcançar os objetivos e o sucesso dos projetos educacionais é imprescindível que todos os envolvidos no processo tenham competências e habilidades promovendo mudanças organizacionais e humanas.

A educação não é preocupação das políticas públicas e, portanto, a inclusão efetiva dos alunos com necessidades visíveis ou não, ainda vai galgar um longo caminho. Isso devido ao descaso que encontramos com os alunos que servem apenas de estatísticas para os programas governamentais de envios de verbas.

Particularmente constatamos que a referida escola busca oferecer um ensino de boa qualidade, com professores esforçados e gestores motivados. Várias são as estratégias adotadas por todos, para que, juntamente com os alunos, consigam alcançar as metas determinadas pela instituição. Todavia, durante essa trajetória, o professor acaba omitindo as reais necessidades do aluno. Isso, para não ficar a parte de uma bonificação ofertada devido aos números que ele conseguiu atingir.

Diante de tantas contribuições dos profissionais da escola pesquisada, resta-nos o nosso agradecimento e elogio aos mesmos por tentarem, no mínimo, fazer a diferença.

Mesmo com todas as dificuldades, a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental José da Matta e Silva se destaca como uma das melhores escolas pública da cidade e, é vista como exemplo para muitas outras.

Por meio de atividades acadêmicas como esta pesquisa, esperamos que a inclusão dos alunos indisciplinados, comece a ser pensada com outro olhar, não apenas em relação aos alunos com deficiências visíveis e nem tampouco para o aluno servir de número nas estatísticas.

A inclusão é um tema mundialmente debatido e deve ser de fato efetiva. Para tanto, cabe à escola, como instituição educativa, repensar algumas questões deficitárias que ocorrem dentro dos seus muros. Assim, analisar a inclusão dos alunos indisciplinados, favorece para que se pense em outros alunos que também precisam ser incluídos, a partir das suas necessidades.

Assim, não podemos deixar de salientar o nosso esforço em pensar inclusão de uma maneira diferenciada. A preocupação a partir de agora será com a aprendizagem dos alunos que alijá se encontram, apostando no potencial transformador da escola para as gerações futuras.

Enfim, mesmo abordando um tema bastante conhecido, essa pesquisa conseguiu ir além, analisando o problema da Indisciplina dos alunos sobre outro ângulo. Deixando para as pesquisas posteriores, a possibilidade de estudos que busquem responder a novosquestionamentos sobre a Indisciplina que venham a surgir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, J., & FREIRE, I (2002). *Indisciplina e Violência na Escola- compreenderem para prevenir*. Porto: Edições ASA.

AMADO, J., & FREIRE, I (2009). *A(s) Indisciplina(s) na Escola.Compreender para prevenir.* Coimbra: Edições Almedina.

ANTUNES, C (2002). *Novas maneiras de ensinar, novas maneiras de aprender.* Porto Alegre: Artmed.

APA (2001). *Manual de estilo de publicaciones de la APA*. 2 ed.Mexico: Editorial El Manual Moderno

AQUINO, J. G. (Org.) (1996).*Indisciplina na Escola: alternativas teóricas e práticas.* São Paulo: Summus.

AQUINO, J.G. (1998). *A violência escolar e a crise da autoridade docente.* CadernosCedes, v. 19, nº 47. Campinas.

AQUINO, J.G. (2003).Indisciplina: o contraponto das escolas democráticas. São Paulo: Moderna.Apresentação.*Rev. Fac. Educ.,* São Paulo, v. 4, n. 2, July 1998.In http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000200001&lng=en&nrm=iso.Acessado em 16/10/2012. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-25551998000200001.

AURÉLIO, Buarque de Holanda (2010). *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa.* 8ª edição. Curitiba: Positivo.

BARROS, Nazaré &CÉSAR, Margarida (2009). Indisciplinas &*Cª LDA.X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia*. Braga: Universidade do Minho. ISBN- 978-972-8746-71-1

BRASIL (2005).*ECA – Estatuto do Adolescente e da Criança.*Brasília: MEC

BRASIL (1994). *Política Nacional de Educação Especial.* Série Livro. Brasília, DF: MEC/SEESP**.**

BUENO, José Geraldo S (1993). *Educação Especial Brasileira Integração / Segregação do Aluno Diferente*. São Paulo: EDUC.

CALDEIRAO, Maria do Rosário Lírio Pereira da Rosa (2010). Actuação da escola face à indisciplina: Estudo de caso.*Rev. Lusófona de Educação*, Lisboa, n. 16.In http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502010000200026&lng=en&nrm=iso.Acedido a 16/10/ 2012.

CARITA, Ana (1999). O conflito na sala de aula: Representações mobilizadas por professores.*Aná. Psicológica*, Lisboa, v. 17, n. 1.http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82311999000100009&lng=pt&nrm=iso.Acedidoa 07/ 06/ 2012.

CHIAVENATO,I. (2008). *Gestão de Pessoas*. 3ª ed. São Paulo: Elsevier – Campus.

CORREIA, L. M (1997).*Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares.* Porto: Ed. Porto.

CORREIA, L. M., & SERRANO, A. M (1998). *Envolvimento Parental em Intervenção Precoce – das práticas centradas na criança às práticas centradas na família.* Porto: Ed. Porto.

DAYRELL, Juarez (2007). A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial p.1105-1128. http://www.cedes.unicamp.br. Acessado em 07/ jun./ 2012.

ECCHELI, Simone Deperon (2008).*A Motivação Como Prevenção da Indisciplina.*Curitiba: Educar, n. 32, p. 199-213, UFPR.

ESTRELA, M. T (1992). *Relação Pedagógica, Disciplina e Indisciplina na Sala de Aula.* Porto: Ed. Porto.

ESTRELA, M. T (2002). *Relação Pedagógica, Disciplina e Indisciplina na Aula.* Porto: Ed. Porto.

FÁVERO O., FERREIRA W., IRELAND T. & BARREIROS D. (Orgs.) (2009). *Tornar a Educação Inclusiva.* Brasília: UNESCO. ISBN: 978-85-7652-090-0.

FREIRE, Isabel (2011).*Grandes linhas de investigação portuguesa sobre a indisciplina na escola.* Colóquio Internacional sobre Segurança Pública e Educação: na luta contra o crime educar é o caminho! Belo Horizonte.

FREIRE, Paulo (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra.

JANNUZZI, G. M. A (1992). *A luta pela Educação do Deficiente Mental no Brasil.* 2. ed., Campinas: Autores Associados.

JANNUZZI, G. M. A (2006). *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. 2. ed., Campinas-SP: Autores Associados.

LAPLANE, Adriana (2006). Uma análise das condições para a implementação de políticas de educação inclusiva no Brasil e na Inglaterra.*Educ. Soc.,* Campinas, v.27, n.96. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000300004&lng=en&nrm=iso.Acessado em 16/10/2012.

LEMOS,Renato Luís do Couto Neto e (1997). "Benjamin Constant: biografia e explicação histórica". *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, vol.10, nº 19.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (2008). Igualdade e Diferenças na Escola – como andar no fio da Navalha*. Atos de pesquisa em educação*– PPGE/ME FURB v. 3, nº 3, p. 403-411, ISSN 1809– 0354.

MENDES, Enicéia Gonçalves (2006). A Radicalização do Debate Sobre Inclusão Escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. v. 11 n. 33.

MENDES, Enicéia Gonçalves (2010). Breve Histórico da Educação Especial no Brasil. *Revista Educación y Pedagogía*. Medellín, Universidad de Antioquia, Facultad de Educación, vol.22, n. 57, pp. 93-109.

MICHELS, Maria Helena (2006). Gestão, Formação Docente e Inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 33.

MINAYO, M. C. S; DESLANDES, S. F &GOMES, R (2009). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo (2003). História, Deficiência e Educação Especial. Reflexões desenvolvidas na tese de Doutorado: *A Prática Pedagógica do Professor de Alunos com Deficiência Mental.*UNIMEP.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo (2008). Educação Especial no Brasil: desenvolvimento histórico. *Cadernos de História da Educação*, n.7.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins & NOGUEIRA, Maria Alice (2002). A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições.*Educ. Soc.*, Campinas, v.23, n.78. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000200003&lng=en&nrm=iso.Acessado em 16/10/2013

OLIVEIRA, Dalila Andrade (2004). A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização.*Educ. Soc.*, Campinas, v. 25, n. 89. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000400003&lng=en&nrm=iso.Acessado em 16/10/2012.

PACHECO, José Augusto (2009). Processos e práticas de educação e formação. Para uma análise da realidade portuguesa em contextos de globalização. Revista Portuguesa em contextos de globalização. *Revista Portuguesa de Educação*22(1), pp. 105-143.

PARREIRAL, Sílvia Maria Rodrigues da Cruz (2009). Perspectivas de formação e acção dos profissionais da educação para a promoção do bem-estar nos contextos educativos. *Exedra*, n. 2. Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Coimbra.

PEREIRA, Amélia Neves (2005). (In) disciplina na aula Uma revisão bibliográfica de autores portugueses.*Rev. Lusófona de Educação*, Lisboa, n. 5. Disponívelem http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502005000100013&lng=pt&nrm=iso. Acedido a 15/10/ 2012.

PLETSCH, Márcia Denise (2009). *A Formação de Professores Para a Educação Inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas*. Educar, Curitiba, n. 33, p. 143-156, UFPR.

RAMOS, Maria Beatriz Jacques &FARIA, Elaine Turk (Orgs.) (2011). *Aprender e Ensinar: diferentes olhares e práticas*. Porto Alegre: PUCRS. ISBN: 978.85-397-0076-9.

SÁ, Cátia Dulcelina Queijo Nogueira Freire Alves de (2007)**.** Perspectivas Docentes Sobre a (In) Disciplina: estudo de caso em docentes do 1º ciclo em escolas do Porto.

Dissertaçãoapresentada no curso de Mestrado da Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto.

SANCHES, Isabel &TEODORO, António (2006). Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos.*Rev. Lusófona de Educação*, Lisboa, n. 8.http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502006000200005&lng=pt&nrm=iso. Acedido a 16/10/ 2013.

SILVA, Luciano C. da (2007).Disciplina e indisciplinana aula: uma perspectiva sociológica. Dissertação apresentada ao Curso de Doutorado da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do grau de Doutor orientado por Maria Alice Nogueira, Belo Horizonte. Disponível em: http://hdl.handle.net/43/FAEC7DAR7 tese_em_pdf_luciano_campos_da_silva.pdf. Acessado em 23/maio/2012.

SILVA, Maria Odete Emygdio (2001). *A Análise de Necessidades de Formação na Formação Contínua de Professores: um caminho para integração escolar.*Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do grau de Doutor, orientada por Roseli Cecília Rocha de CarvalhoBaumel, São Paulo. http://www.teses.usp.br, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo.

SILVA, Maria Odete Emygdio (2004). Refletir para (re) construir práticas. *Rev. Lusófona de Educação*, n.4, p.51-60.

SILVA, Maria Odete Emygdio (2009). Da Exclusão à Inclusão: Concepções e Práticas.*Rev. Lusófona de Educação*, Lisboa, n.13. http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502009000100009&lng=pt&nrm=iso.Acedido a 16 out. 2012.

SILVA, Maria Odete Emygdio (2011).Educação Inclusiva: um novo paradigma de Escola.*Rev. Lusófona de Educação*, Lisboa, n.19.Disponível em http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502011000300008&lng=pt&nrm=iso. Acedido a 16 out. 2013.

SPINDOLA T, SANTOS R.S (2003). Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa (dora?). *Revista da Escola de Enfermagem da USP*. 37 (2): 119-26.

STOBÄUS, ClausDieter& MOSQUERA, Juan José Mouriño (Orgs.) (2004). *Educação Especial: em direção à educação inclusiva.* 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS. ISBN 85-7430-354-2.

SZENCZUK, DorotéaPascnuki (2004). (In) Disciplina Escolar: Um Estudo da Produção Discente nos Programas de Pós-Graduação em Educação (1981-2001). Dissertação apresentada ao curso de Mestradoda Universidade Federal do Paraná para obtenção do grau de Mestre.

TIBA, Içami (2006). *Disciplina: limite na medida certa*. Novos paradigmas. 84 ed. São Paulo: Integrare.

UNESCO (1994). *Declaração de Salamanca, Necessidades Educativas Especiais e Enquadramento daAcção Inovação, Salamanca*.

VASCONCELLOS, C. dos S (2009). *Indisciplina e disciplina escolar: Fundamentos para o trabalho docente.* 1ed. São Paulo: Cortez.

VEIGA, Feliciano Henriques (2007). *Indisciplina e violência na escola: práticas comunicacionais para professores e pais*. 3 ed. Coimbra: Almedina.

ZABALA, A. ARNAU, L (2010).*Como Aprender e Ensinar Competências:* Porto Alegre: Artmed.

APÊNDICE

AUTORIZAÇÃO DO USO DE VOZ, IMAGEM E DE DADOS COLETADOS.

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES ETECNOLOGIAS

MESTRADO EM CIENCIAS DA EDUCAÇÃO

AUTORIZAÇÃO DO USO DE VOZ, IMAGEM E DE DADOS COLETADOS

EU.....residente e domiciliado....., no Município de Sobral, no Estado do Ceará, portador (a) do RG nº .....expedido pela ....., no Estado de ..... , por esta e melhor forma.

AUTORIZO

A Sra.,Liane Guimarães Silva,formadanoCursoLicenciaturaPlenaemPedagogiapelaUniversidade Federal de Sergipe, discentedo **Curso de Especialização stricto sensu Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias,** que está conduzindo um estudo sobre**A INDISCIPLINA ESCOLAR DOS ALUNOS DO 3° AO 5° ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: um obstáculo na inclusão difundida nos dias atuais,** a utilizar a minha imagem, voz e informações fornecidas (foto, vídeo, voz, dados da entrevista) para fins de veiculação emqualquertempo,sendominhaparticipaçãonestapesquisaabsolutamentevoluntária. Meus dados serão guardados e utilizados o mais confidencialmente possível. Nenhuma identidade pessoal será usada em qualquer relato ou publicação que possam resultar desse estudo. Nenhum nome será associado ao questionário. Tais documentos serão numerados e somente o pesquisador terá acesso às informações que poderiam associar o número à pessoa.

A Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologia se compromete a não comercializar a imagem/voz e a utilizar para fins educacionais.

Eu conversei com a pesquisadora sobre o estudo e foi dada uma cópia deste consentimento para mim.

Eu entendi tudo o que li e o que ouvi e tive minhas perguntas respondidas. A participação neste estudo é voluntária. Eu sou livre para recusar estar no estudo ou desistir a qualquer momento.

Sobral - CE, _____de _____de 2013.

....

Assinatura do Participante Assinatura do Pesquisador